



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0134/15	DATA: 24/03/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 17h36min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 5ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero só apresentar um questionamento em relação à ata. Não tem nenhum sentido obstrutivo o que eu vou dizer, apenas de colaboração.

Eu posso compreender que, para efeito prático, as atas das nossas sessões sejam resumidas como esta aqui. Agora, aqui tem um problema sobre o qual eu pediria que depois a Secretaria da CPI se debruçasse, V.Exa. e todos nós, porque todos nós somos responsáveis. Por exemplo: na ata que trata da oitiva do Sr. Renato Duque, que é a que nós vamos aprovar ou não, existe apenas a descrição de quem participou, os Parlamentares; a descrição das perguntas feitas pelo Relator, sem resposta; das perguntas feitas por Parlamentares que enviaram perguntas por escrito para a Mesa, e não há na ata nem menção a uma gravação, ou coisa que o valha, de todo o arcabouço de perguntas que foram feitas por Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me entender.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A de nenhum Parlamentar está na ata. Posso até entender que ela ficaria muito extensa, mas aí creio que teria que ser grafado na ata que no disco tal ou no *pen drive* ou no *hardware* de algum computador está lá gravado do período tal ao período tal. Por que digo isso? Porque um dia, Sr. Presidente, alguém vai pesquisar isso no futuro, e aqui não passa nem perto do que nós estamos tratando ao longo da sessão.



Então, eu quero preservar duas coisas. Muitas das perguntas que são feitas e das respostas que são dadas constroem, porque aqui é um processo investigatório, um conjunto probatório. E, do jeito que está nas nossas atas, se alguém, por alguma razão, um Parlamentar não vier um testemunho e quiser buscar na ata uma orientação do que acabou, do que a testemunha disse, o réu disse, não vai conseguir. Então, não é para tumultuar, não é para criar caso. É apenas para que a gente se debruce sobre isso e busque uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou tentar responder a V.Exa. em duas...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pela ordem. Como eu tenho uma observação também sobre a ata e serei rápido, eventualmente V.Exa. pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado. Na outra sessão... Inclusive, agradeço a pronta distribuição impressa da Taquigrafia — ela tinha ficado pronta na quarta-feira — do depoimento da terça-feira anterior. A nossa leitura do depoimento do Barusco é que constitui provas de inocência dos petistas a que ele faz alusão. Então, o pormenor com que a ata é trabalhada pode convir à formação de um juízo por indiciamento ou por inocência.

Então, a minha questão de ordem tem dois procedimentos. Se for possível, estipular um prazo para a disponibilização digital da Taquigrafia, que eu sei que é um trabalho árduo, e eu respeitarei o prazo que for possível, para que os assessores dos Sub-Relatores e das bancadas possam ter uma previsão de planejamento de trabalho, porque provavelmente intensificaremos depoimentos. E, se possível, que nós contemplemos na ata, se não o conteúdo total dos depoimentos, obviamente, aquelas perguntas selecionadas pelo Relator, pelos respectivos Sub-Relatores e por V.Exa., que sejam esclarecedoras do tema central, para constar em ata e, eventualmente, constituir instrumento legal de prova.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, ainda sobre a ata, quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada Eliziane.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ainda sobre a questão das respostas do Renato Duque, precisamos lembrar que ele chegou a responder, se não me foge da memória, duas perguntas, aproximadamente: uma mais extensa e outras. Ele deu informações importantes que nós precisamos considerar, porque, mesmo sendo curtas as respostas, têm um valor muito grande nesse contexto de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Respondo a V.Exas. em duas respostas.

Primeiro, respondendo ao Deputado Florence, à Deputada Eliziane e ao Deputado Onyx, nas notas taquigráficas estarão todas as perguntas e respostas do convocado; respondendo ao Deputado Florence, nós já pedimos ao setor de Taquigrafia que o máximo de agilidade seja dado à transcrição das reuniões, para que essas notas taquigráficas estejam à disposição dos Parlamentares e das Lideranças de partido, para que haja a completa análise de tudo o que se passou na realização das oitavas que aconteceram e que acontecerão.

A outra resposta, já também complementando, para o Deputado Onyx, é que no final da ata, a última frase diz o seguinte: *“O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião”*. Então, todo o áudio da nossa reunião está gravado e arquivado junto ao acervo das reuniões da CPI. Então, sendo da vontade de V.Exa., além das notas taquigráficas, o áudio também estará à disposição de V.Exa. e da CPI para que tenhamos aqui a completa responsabilidade que essas reuniões exigem de cada um de nós e também da Mesa desta CPI, para mantermos, é claro, todo esse arquivo vivo, para quando for necessário suscitar discussão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, a simples menção do arquivo de áudio... Esse arquivo tem uma referência numérica, por óbvio. Que ela passe a fazer parte do sumário da ata, porque isso facilita sobremaneira na pesquisa futura. Se daqui a 2 ou 3 meses quisermos aquele áudio, o que o Barusco falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para não ter que ouvir...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Para não ter que ouvir tudo, vamos àquela parte específica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conste da ata e das notas taquigráficas o devido tempo...



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A referência numérica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...de início e término, o roteiro do som...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso, o roteiro do som. Transcrito no resumo da ata, então. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido, na forma do Regimento.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, nos termos do art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Sr. Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, V.Exa., com muita sabedoria, organizou a CPI por sub-relatorias. Quando V.Exa. fez isso, e o fez com muita sabedoria, logo se entende que, se os Deputados Federais que são membros titulares desta CPI quiserem se dedicar a esses assuntos específicos, terão facilidade também de ajudar os Sub-Relatores em seus relatórios. Tenho quase certeza absoluta de que os Sub-Relatores não farão relatórios baseados apenas nessas oitivas que estamos fazendo aqui, de forma pública, mas também em documentos que provavelmente esses dedicados Sub-Relatores estão adquirindo por meio de acessos que devem ter a depoimentos mais reservados ou a procedimentos quem sabe penais.

E eu queria pedir algo a V.Exa. Eu, por exemplo, tenho interesse em obter acesso a todas as informações que o Sub-Relator para Assuntos Internacionais e Ativos da África está tendo, para eu poder complementar com o estudo que eu estou fazendo, para depois apresentar a V.Exa. e a esta Comissão dois requerimentos de oitivas de pessoas que tenho interesse de ouvir, para concluir o meu raciocínio sobre esta matéria.

Eu não sou Deus, nem V.Exa. é, tanto é que organizou por sub-relatorias. E o Relator também sabe que é muita coisa para um Relator só absorver.

Pergunto a V.Exa. agora — e esta é minha questão de ordem: para eu ter acesso a esses documentos... Parece-me que numa audiência, numa reunião



passada, V.Exa. entregou ao Deputado do PT uma quantidade de documentos relativos a uma das nossas oitivas aqui. Então, pergunto a V.Exa: eu preciso fazer esse requerimento por escrito, ou nesta questão de ordem eu posso solicitar esses documentos e V.Exa. mandar providenciar? Qual é o procedimento que devo adotar para um assunto específico como esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas, respondendo à questão de ordem de V.Exa, o primeiro ponto é que nós entregamos ao Deputado Florence de imediato, atendendo a um pedido feito pelo Deputado à Mesa da Presidência da CPI, as notas taquigráficas do depoimento do Sr. Pedro Barusco, que haviam sido requisitadas pelo Deputado. Como nós tínhamos prontas, para agilizar o trabalho de análise do Deputado Florence, nós, de pronto, já passamos em mãos. Foi essa a documentação que este Presidente entregou ao Deputado Florence.

Respondendo à questão de ordem de V.Exa., não só V.Exa., como todo e qualquer membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito terá total acesso a todo e qualquer tipo de documento que chegar à Secretaria da CPI.

Então, V.Exa. não precisa fazer nenhum requerimento por escrito, V.Exa. não precisa mais levantar mais essa questão de ordem. V.Exa. precisa só ir à Secretaria da CPI e requisitar os documentos que V.Exa. achar necessário analisar para concluir qualquer análise que V.Exa. queira fazer diante do tema de escopo que a CPI está investigando.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Desculpa, Presidente, só para concluir minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, o Deputado Silas, em seguida, o Deputado Florence e Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pois não.

Sr. Presidente, como eu disse a V.Exa., eu pretendo protocolar dois requerimentos de oitivas de testemunhas, dentro desse contexto dos ativos da África. E eu sei que V.Exa., com o Relator e com todos os Deputados... Eu até peço perdão porque hoje não fui à reunião pela manhã, por conta da atividade muito tensa de Parlamentar — eu sou Relator de uma medida provisória cujo relatório vai ser votado amanhã, e está muito tenso isso. Qual poderia ou deveria ser o prazo limite



para um requerimento solicitando que determinada pessoa fosse convidada para nós esclarecermos alguma coisa sobre ativos, tendo em vista o nosso prazo final para esta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos realizar outras sessões deliberativas, como esta que nós estamos realizando na tarde de hoje. V.Exa. tem o prazo de até 24 horas antes da reunião deliberativa para dar entrada no requerimento para que ele seja apreciado na reunião deliberativa subsequente.

Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no seguinte sentido.

Na oitava do ex-Presidente Gabrielli, que era apenas uma oitava, não era deliberativa, ouvi uma interpretação de que era possível coincidir a Ordem do Dia com a oitava. Só que, parece, por deliberação da Mesa — eu fiquei a oitava toda como fico em todas as outras, da CPMI fiz isso, e alguns dos colegas que estão aqui fazem a mesma coisa —, quando eu cheguei lá para justificar o voto, não podia justificar o voto e tinha que votar na votação seguinte. Talvez com todos nós tenha acontecido isso: não conseguimos voltar, e a justificativa para que tenhamos que ir votar é que está no mesmo espaço; só que sair daqui significa perder uma parte da oitava. Acho que, já que é permitida a coincidência, a minha questão de ordem é quase um apelo, é uma suspensão de 5 minutos ou 10 minutos para que nós possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já atendendo ao apelo feito na última oitava, que coincidiu com a Ordem do Dia — inclusive este Presidente também perdeu algumas votações nominais —, nós iremos requisitar por escrito ao Presidente da Casa que os membros que estiverem com presença efetivada na Comissão Parlamentar de Inquérito em oitava ou em reunião deliberativa, havendo Ordem do Dia, se porventura não conseguirem participar da votação, tenham a falta justificada, atendendo assim a um apelo dos Parlamentares que estão tendo que se dividir entre as votações e os trabalhos da CPI.

Então, faremos este apelo ao Presidente e, assim que tivermos essa resposta por escrito, traremos aqui à tona ao Plenário da CPI.

Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de a gente começar a discutir os requerimentos, eu queria um esclarecimento de V.Exa.

No primeiro dia de funcionamento desta CPI, nós aprovamos aqui o aproveitamento, a convocação da maior empresa de espionagem do mundo, que é a Kroll.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inclusive com o voto de V.Exa, porque foi por unanimidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não; com meu voto, não, porque eu estava distraído, Presidente. *(Risos.)* É sobre isso o que eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. estava presente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É exatamente sobre isso que eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. estava presente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não foi com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com o seu voto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E eu quero divergir disso, é isso o que eu quero, porque eu queria um esclarecimento de V.Exa. Mesmo que tenha sido votado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Matéria vencida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só entender o seguinte.

Quais seriam as tarefas da Kroll? Qual o valor que a Câmara dos Deputados vai dispensar? E houve consulta para alguma concorrência pública sobre esse tipo de contratação? Eu tenho os materiais todos aqui. Sr. Presidente, tem gente da Kroll, diretores, como o Eduardo Gomide, que foi condenado. A Kroll já foi condenada no Brasil por ilegalidades e irregularidades no desempenho de funções e violação de sigilo, e processada pela Polícia Federal. Então, sinceramente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que a gente precisa saber dessas informações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou responder a V.Exa. no seguinte sentido.

A CPI aprovou por unanimidade a contratação de uma empresa de investigação financeira para que seja feita a busca de ativos no exterior, para tentarmos encontrar, se porventura houver, dinheiro que possa ter sido desviado da PETROBRAS em forma de propina, superfaturamento de contratos, enfim, se de alguma forma foi algum recurso desviado da PETROBRAS, e esse recurso encontra-se em paraísos fiscais no exterior. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito decidiu por unanimidade contribuir, fazendo a busca desses ativos, para que posteriormente, em se encontrando, se entregue aos órgãos de controle do Brasil, para que esses recursos sejam repatriados.

Qual o critério de contratação? Este Presidente designou a Diretoria-Geral da Câmara, que é o setor burocrático responsável por fazer essa contratação, para que assim essa Diretoria procedesse. Tivemos uma reunião na última quinta-feira e tivemos uma reunião na manhã de hoje. Todo o processo burocrático de contratação da Kroll está sendo feito, os representantes da empresa estiveram aqui na semana passada falando com a Assessoria da Diretoria-Geral para formatar o contrato dentro das leis brasileiras e, em finalizando essa contratação, acredito eu, até o final desta semana, a Presidência da CPI realizará uma reunião com os integrantes da empresa Kroll, para que eles apresentem, claro, aquilo que poderá ser divulgado, porque existe também um trabalho de sigilo por parte da empresa a ser feito. Mas nós divulgaremos o plano de trabalho e o valor que a Câmara dos Deputados está pagando a essa empresa. Não há desta Presidência, Deputado Ivan — e eu sei que V.Exa. não pensou isso, que este Presidente tenha —, interesse de esconder o valor de contratação da empresa Kroll.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nem muito menos a Presidência da Câmara dos Deputados.

Então, é recurso público...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certamente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Terá a transparência necessária, V.Exa. terá acesso não só ao plano de trabalho, como ao valor e ao



resultado deste trabalho, porque V.Exa. é membro da CPI, e não tenho dúvidas de que a contratação dessa empresa, espero eu, poderá vir a engrandecer os nossos trabalhos e de que teremos, sem dúvida alguma, resultados positivos do seu trabalho. Espero ter respondido à questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, só 10 segundos para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu preciso dar seguimento aos trabalhos, porque nós temos 500 requerimentos na pauta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei. Eu só queria esclarecer, porque eu fiz a pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por uma razão muito simples: quando houve o voto aqui, foram votados em bloco os requerimentos pelo número. Não deu para ler todos os requerimentos. Agora, o mais importante, eu li notícia nos jornais dizendo que a Kroll está selecionando, inclusive, quais são os ativos da PETROBRAS que serão vendidos. Isso não é tarefa de uma empresa de investigação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, respeito e, para encerrar a discussão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então eu acho que nós temos que discutir isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E, para encerrar a discussão com V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero abrir essa discussão dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos abrir sem nenhum problema, até porque esta CPI é um palco democrático e V.Exa. terá sempre o direito a usar a palavra.

Eu quero dizer a V.Exa. que respeito — não sei qual foi o jornal que V.Exa. leu — a imprensa aqui presente, mas nem sempre aquilo que os jornais noticiam condiz com a realidade. Vamos aguardar a Câmara se posicionar, divulgar os valores, divulgar como o trabalho será feito. Aí, sim, V.Exa., na legalidade, com fatos



concretos, poderá questionar da maneira que V.Exa. achar necessário. Espero ter respondido a V.Exa.

Indago se há a necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Antonio Imbassahy.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes. Ofício do Líder do Solidariedade, Deputado Arthur Oliveira Maia, indicando o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Paulo Pereira da Silva, como membro titular desta Comissão.

Ofício do Vereador Agenor Brandão Lima Filho, Presidente da Câmara Municipal de Rosário, Maranhão, solicitando a inclusão da Refinaria Premium I, naquele Estado, nas investigações desta CPI, conforme indicação de autoria do Vereador Pedrosa Filho, matéria aprovada em sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2015.

Ofício do Secretário-Executivo do Banco do Brasil, Sr. Luiz Cláudio Ligabue, designando o funcionário Valter Pereira Porto Júnior, da Diretoria de Controles Internos do Banco, para assessorar a CPI.

Ofício do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando relatório contendo lista de todos os documentos recebidos pela CPMI da PETROBRAS, informando que 117 foram classificados como sigilosos. Relativamente aos documentos ostensivos, cópias digitalizadas estão disponíveis ao público na página específica da CPMI-PETRO, no sítio do Senado Federal na Internet. Quanto aos documentos sigilosos, aquela Presidência solicita que os Parlamentares especifiquem quais os documentos interessam à CPI, com justificativa individualizada.

Este Presidente, tomando por necessária a agilidade para que esses documentos cheguem, a fim de que os Sub-Relatores e, enfim, todos os membros



possam analisá-los, já determinou que a Secretaria fizesse a justificativa, usando para isso os requerimentos que foram aprovados pela maioria do Plenário. Então, a justificativa a ser encaminhada para o Presidente do Senado vão ser as justificativas que V.Exa. colocaram em cada requerimento já aprovado por esta CPI.

Ofício do Deputado Weverton Rocha informando a impossibilidade de comparecimento aos trabalhos da CPI nesta semana devido a viagem em missão oficial. Acredito que isso foi na semana passada, certo, Deputado Weverton Rocha?

Memorando do Deputado Kaio Maniçoba, informando não ter sido possível comparecer à reunião do dia 19 de março, por estar participando do seminário *Todos por Pernambuco*, acompanhando o Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara em agenda oficial.

Mensagem encaminhada pelo Escritório de Advocacia João Mestiere, assinada pela advogada Fernanda Pereira, OAB-RJ 168.336, informando compromisso anteriormente definido para o seu cliente Paulo Roberto Costa, que, intimado a depor no dia 26 de março de 2015, às 14 horas, “sobre os fatos relacionados à Sindicância nº 456 do Superior Tribunal de Justiça, conforme Cláusula 15, E, do Termo de Colaboração Premiada”, justifica a impossibilidade de seu comparecimento na mesma data para ser ouvido perante a CPI. A requerente anexou cópia do ofício nesse sentido da Procuradoria-Geral da República.

Por que essa justificativa do Sr. Paulo Roberto Costa? Porque, na impossibilidade de o Sr. Júlio Faerman vir depor na próxima quinta-feira, nós intimamos o Sr. Paulo Roberto para substituí-lo nessa oitiva e também trazer seus esclarecimentos, já que ele havia sido convocado pela maioria deste Plenário. Como ele não poderá vir, nós, de pronto, partimos para outro requerimento, que já havia sido aprovado, de convocação da Sra. Graça Foster, que já foi notificada na manhã de hoje. Esperamos que ela possa vir ao plenário da CPI na próxima quinta-feira, a partir das 9h30min.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Queria fazer uma colocação referente à Graça Foster, que V.Exa. coloca que já foi notificada.



Nós tivemos a informação hoje pela manhã, e não sei se está confirmada de fato a vinda dela. Mas queria fazer um encaminhamento, Presidente, que acho que é extremamente salutar. A Dra. Graça Foster já veio a esta Casa, se não me foge da memória, por três vezes, já deu várias informações. E eu não sei se acrescentaria tanto agora, nesta fase dos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero pedir a V.Exa., só para finalizar meu raciocínio, V.Exa. já aprovou aqui, temos aprovada já a convocação do Sr. Youssef, que acho que vai contribuir em muito. Ele já veio aqui, mas, quando veio, parece que não falou. Não chegou a vir, né? Eu acho que ajudaria muito mais. Ele está preso, e poderíamos, na verdade, ter um resultado mais imediato com essa parceria, digamos assim, que esta CPI tem com o Juiz Moro. Acho que facilitaria e ajudaria no encaminhamento dos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. participou da reunião na manhã de hoje. Esse assunto foi discutido, para que fique esclarecido o porquê da não vinda do Sr. Julio Faerman. Ele está, segundo informações, morando no exterior. O escritório que o representava no Brasil não o representa mais. Então, nós estamos, com a Polícia Federal e toda a Assessoria da CPI, encontrando uma forma de notificá-lo para que ele possa receber a informação de que foi convocado e de que deverá comparecer aqui ao plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, é por isso que o Sr. Júlio Faerman não está marcado para a próxima quinta. Tivemos que adiar, com uma agenda que até já havíamos divulgado, diante da impossibilidade de intimá-lo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marun, vou concluir a resposta à questão de ordem da Deputada Eliziane.

Esse assunto sobre a convocação da próxima quinta é um assunto vencido, diante do fato de que nós já encaminhamos a convocação da Sra. Graça Foster. O Sr. Youssef com certeza comparecerá a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas em outra oportunidade. Eu até coloquei aos senhores que, em não havendo a possibilidade de acontecer essa audiência de quinta com a Graça Foster,



poderemos tentar o Sr. Youssef. Mas esse é um assunto vencido, já que a CPI já encaminhou a convocação da ex-Presidente da PETROBRAS Graça Foster.

Com a palavra o Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - A imprensa nacional já divulga a informação de que a ex-Presidente Graça Foster não comparecerá na próxima quinta-feira, alegando motivo de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esse assunto foi informalmente comunicado a este Presidente. Eu pedi que nós fôssemos notificados oficialmente, inclusive com cópia do atestado médico que traga a impossibilidade da Sra. Graça Foster de comparecer, porque esta CPI não pode ser informada por ouvir dizer ou por terceiros. Nós estamos aqui fazendo um trabalho sério. Ela foi convocada, e este Presidente tem o dever de encaminhar o seu pedido de convocação. Em não sendo possível — já disse isso à imprensa e aqui reitero —, nós buscaremos outra opção. Há uma decisão dos Líderes partidários, dos Relatores e Sub-Relatores em torno do nome do Sr. Alberto Youssef. Nós vamos trabalhar. Em não sendo possível a vinda da Sra. Graça Foster, vamos seguir esse entendimento que foi tratado na reunião de hoje de manhã.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nós vamos iniciar... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados e não deliberados na reunião anterior para este fim, no dia 5 de março de 2015, e os demais requerimentos apresentados até ontem, dia 23 de março, totalizando 422 requerimentos.

Como é de praxe nas reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito, o Sr. Relator tem o direito de propor — e isso foi tratado na reunião de hoje pela manhã com os Sub-Relatores e representantes de vários partidos — o bloco que será priorizado para ser votado. Em seguida, quando o Relator priorizar aqueles requerimentos que entender serem importantes para o seu plano de trabalho — e o



Relator, fazendo justiça pública aqui, acolheu a sugestão de vários Sub-Relatores e Líderes partidários na reunião de hoje pela manhã —, passaremos a palavra para o Sr. Luiz Sérgio, para que ele faça a leitura dos requerimentos que ele irá priorizar, salientando que esse bloco compreende a prioridade não só do Sr. Relator, como também dos Srs. Sub-Relatores das quatro Sub-Relatorias criadas por esta Presidência, que, acredito eu, com a aprovação desses requerimentos, poderão, com tranquilidade, já iniciar os seus trabalhos ainda esta semana, inclusive realizando reuniões, oitivas, fazendo aquilo que for necessário para que as investigações sejam aprofundadas em cada área.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, são estes os requerimentos:

Requerimento nº 45, do Deputado Antonio Imbassahy, do PSDB da Bahia, que *“requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo para prestar esclarecimentos a esta Comissão”*, com parecer favorável do Relator.

Requerimento nº 435, do Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo, que *“requer ao Presidente do TCU — Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, cópia do inteiro teor do Processo TC nº 006.232/2008-8, que trata de auditoria realizada na transportadora GASENE S.A. — PETROBRAS”*.

Requerimento nº 436, do Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo, que *“requer ao Presidente do TCU — Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, a cessão de dois servidores para assessorar o Sub-Relator Deputado Bruno Covas nos trabalhos desta CPI”*.

Requerimento nº 492, do Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à PETROBRAS, de informações sobre a implementação da Sociedade de Propósito Específico — SPE GASENE”*.

Requerimento nº 493, do Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à PETROBRAS, de todas as Cartas de Atividade Permitidas (CAP) relativas à Transportadora GASENE S.A.”*.



Esses requerimentos solicitados pelo Sub-Relator Bruno Covas têm de minha parte, enquanto Relator, uma posição favorável.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, eu queria subscrever o item 45, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. subscreve. Está atendido o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Indago se há algum Deputado que queira discutir esses requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só vejo que convém, pelo menos, um informe rápido do Relator sobre em que Subcomissão, em que Sub-Relatoria se encaixam os requerimentos no plano de trabalho, rapidamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, para efeito de compreensão e esclarecimento aqui, o Deputado pediu para subscrever um requerimento. Eu gostaria de entender a dinâmica aqui. Esse requerimento foi apresentado por um Deputado que é o autor do requerimento e que, portanto, tem a prerrogativa, na oitiva, de fazer as perguntas, etc., depois do Relator, enfim, naquela ordem que a gente já sabe. Ao subscrever esses requerimentos, o Deputado também passa a ter essa prerrogativa? Essa é a pergunta. Se não, a gente pode... Só para eu entender como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O procedimento adotado por este Presidente tem sido o seguinte. O primeiro signatário tem direito a fazer o uso da palavra como autor. Só estamos dando a palavra a outros Deputados se eles tiverem apresentado o requerimento anteriormente. A subscrição serve para constar como um dos Deputados que está promovendo a convocação do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo. Porém, para falar como autor, apenas o primeiro signatário.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, sobre a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente e ilustre Relator, V.Exa. leu vários requerimentos, e eu ouvi o Deputado perguntar a V.Exa. sobre a que Relatoria e a que Sub-Relatoria cada requerimento se destinou no caso dos que



V.Exa. leu. Eu pergunto isso, Sr. Presidente, porque é muito importante isso ficar claro. Eu queria dedicar uma parte do meu trabalho, Sr. Presidente, a uma questão sobre a qual esta Comissão termina precisando fazer um trabalho, que é a questão dos ativos internacionais da PETROBRAS que foram vendidos, porque todo mundo veio aqui e disse que o dinheiro que foi distribuído como propina não foi roubo na PETROBRAS, mas distribuição de lucros que as empresas tiveram. Logo, nessa questão dos ativos internacionais da PETROBRAS, há uma investigação muito importante a ser feita, porque, se é do lucro, imaginem que a gente descubra algum ativo que foi vendido por 1 milhão e depois revendido por 10 bilhões, em menos de 1 ano, por exemplo. Então, deixa de ser...

Na verdade, eu queria mesmo era a identificação — Requerimento tal, Sub-Relatoria tal —, para sabermos o que está fazendo a Sub-Relatoria internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo a V.Exa., esses requerimentos são da Sub-Relatoria do Deputado Bruno Covas. Ela é a segunda Sub-Relatoria, que é sobre a constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos. Esses requerimentos são pertencentes e serão aprofundados pelo Sub-Relator desta área, que é o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, por favor! Hoje eu não participei da reunião, mas estou sentindo ausência aqui de um requerimento. No dia em que nós estávamos na primeira oitiva, eu protocolei dois requerimentos à Mesa. Um deles está aqui, o Requerimento nº 338, de deslocamento da CPI da Petrobras para Curitiba para a realização de oitivas. E o outro não está. O que eu estou querendo dizer com relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não está na pauta?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Um não está na pauta. Este está. Eu protocolei dois. Depois eu vou ver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os que estão na pauta não foram aprovados. Todos os outros...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não está na pauta de todos aqui. Eu sei que tem uma pauta que o Deputado Onyx Lorenzoni me passou do que foi estabelecido na reunião de hoje de aprovação, que acabou de ser lido pelo Relator.



Aqui acho que eu estou com a totalidade dos requerimentos que me foram passados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode nos passar os números dos requerimentos?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu vou pedir para dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito que, se não estiver na lista dos requerimentos que estão na pauta, é porque o requerimento já foi aprovado. A determinação desta Presidência...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Anteriormente... Não. Deve ser com relação à solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual o número do requerimento?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não sei de cabeça, porque não estando aqui eu não sei o número...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vários requerimentos de V.Exa. já foram aprovados, inclusive naquela primeira reunião.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas um que eu estou me lembrando aqui agora vai de acordo com a proposta do Deputado Bruno no que trata da convocação de assessoramento, pois eu faço assessoramento do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos esses órgãos já foram notificados pela CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, eu acho que, por isso, ele já deve ter sido absolvido pelos outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já está aprovado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu o faço e agradeço a V.Exa.

Outra preocupação, Presidente, é o seguinte. Acabei de ver a Deputada Eliziane Gama fazer uma solicitação. Sei que V.Exa. tem tido todo o denodo no sentido de convocar as pessoas aqui. Eu tenho um requerimento que não entrou na ordem daqueles para serem aprovados e já justifiquei o motivo. Com toda a capacidade e toda a possibilidade de isenção possível, o Dr. Sergio Moro, Juiz Federal que está responsável por este caso, durante todo o processo, fez a primeira



apreensão da Lava-Jato em cima de doleiros. Quando ele chegou à conclusão de participação de políticos com empresários, o que o Dr. Sergio Moro fez? Conseguiu separar isso justamente naquele período, porque, se ele, naquele momento, na apuração, investigasse e soubesse da participação de políticos, ele teria que trazer todo o processo para o Supremo e talvez retardaria o que ele já avançou.

Um dos nossos requerimentos é a questão dessas oitivas. Parece que existe um sentimento aqui meio leniente de não querer... Eu já vi os requerimentos que foram pré-selecionados hoje de quebra de sigilo e de convocação de algumas pessoas, inclusive requerimentos de minha autoria, mas eu não vejo requerimentos dos diretores das empresas que estão presos. Eu tenho um requerimento nesse sentido de ouvirmos por convite o Dr. Sergio Moro e ouvirmos os diretores dessas empresas, porque eles estão todos detidos, para não chegar aqui, como estava o Dr. Duque, na semana passada, e não falar nada, no acompanhamento que fiz da CPI.

É a tentativa para que a gente possa aproveitar um dia para irmos a Curitiba ouvir aqueles que estão detidos e aproveitar o trabalho. Alguns vão dizer e outros não vão dizer, porque estão sob delação, e há outros que não fizeram a delação. Mas o Dr. Sergio Moro também está lá, e há uma solicitação de outros Deputados. Que esta fosse uma questão colocada em pauta com os Relatores e com V.Exa.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por parte deste Presidente, não há nenhum problema em atender esse apelo de V.Exa. Teria sido necessário, se V.Exa. estivesse presente — acredito que, por estar em outros compromissos, não conseguiu participar da reunião da manhã —, que a gente pudesse ter discutido isso hoje pela manhã, e talvez já houvesse aqui uma decisão.

Nós fizemos um esforço hoje no sentido de ter prioritariamente esse bloco do Relator aprovado através de um acordo entre os partidos, para que a gente possa não ter a pauta da Comissão prejudicada. E depois, o requerimento de V.Exa., como tantos outros, como da Deputada Eliziane Gama, estarão na pauta. Ao término da apreciação deste bloco do Relator, passaremos a apreciar os requerimentos que estão na pauta.



Quando colocamos de maneira transparente tudo aquilo que chega à Secretaria da CPI na pauta e na Ordem do Dia, é uma forma muito clara e expressa de dizer que este Presidente e, acima de tudo, esta CPI não tem o compromisso de proteger quem quer que seja. Pelo contrário, nós queremos apreciar todos os requerimentos. Resta a nós termos a maturidade de fazer essa discussão. E aí nós somos, na verdade, obrigados a respeitar o que a maioria da CPI resolver acatar ou não acatar. Esta é uma prerrogativa em que a maioria é exercida sobre algumas matérias.

Então, é uma bela sugestão de V.Exa., que podemos, com certeza, deliberar. V.Exa. pode até, inclusive, conversar com o Relator para que isso seja amadurecido. Desta Presidência V.Exa. terá total apoio no deslocamento, enfim, em tudo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se cabe um pedido de destaque, eu gostaria, em um momento oportuno, de destacar esse requerimento nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode pedir a preferência, inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso. Isso aí. Então eu peço por escrito.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que tem que se explicar o que nós fizemos hoje na reunião. Chegamos a um acordo sobre mais de 60, quase 100 requerimentos que são consenso dentro da Comissão, que é esse conjunto de requerimentos que o Relator vai ler para a gente agora. Depois disso, a gente passa a analisar aquilo em que não está contemplada uma dinâmica para isso, para a gente poder avançar aqui na reunião. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato. Vamos retornar a palavra ao Relator.

Então, indago se ainda há quem queira discutir os requerimentos da Sub-Relatoria do Deputado Bruno Covas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O próximo é da terceira Sub-Relatoria, para investigação de superfaturamento e gestão temerária na construção e



afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda, Sub-Relatoria ocupada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá assina o Requerimento nº 421, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito que obtenha junto à Companhia Sete Brasil informações por escrito sobre a contratação de seguros para as sondas encomendadas pela PETROBRAS. Valores gastos com seguros, quais empresas foram contratadas e quem, na Companhia Sete Brasil, se responsabilizou pela contratação”*.

Requerimento nº 422, *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha junto à PETROBRAS S.A. informações por escrito sobre gastos com seguros das refinarias desde 2003, quais empresas foram contratadas e a quais áreas, na PETROBRAS, essa contratação está ligada”*.

São dois os requerimentos. O Requerimento nº 422 também é assinado pelo Deputado André Moura, e o Requerimento nº 421 também é de autoria do Deputado André Moura, do PSC de Sergipe. Esses são os dois requerimentos para a Sub-Relatoria comandada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que têm parecer favorável deste Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos do Deputado Arnaldo Faria de Sá, responsável pela Sub-Relatoria para investigação de superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passo a palavra novamente ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, os requerimentos solicitados pela Sub-Relatoria para investigação do superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias, ocupada pelo Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro.



Requerimentos nº 19, do Deputado Bruno Covas, e nº 113, da Deputada Eliziane Gama, que *“requer a convocação do Sr. Fernando de Castro Sá para prestar esclarecimentos a esta Comissão”*.

Requerimento nº 56, do Deputado Antonio Imbassahy, que *“requer a convocação do Sr. Mauro Cunha, ex-integrante do Comitê de Auditoria da PETROBRAS, para prestar esclarecimentos a esta Comissão”*.

Requerimento nº 379, do Deputado Altineu Côrtes, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Heyder de Moura Carvalho, ex-gerente de compras para empreendimentos da área de abastecimento da PETROBRAS”*.

Requerimento nº 426, do Deputado Altineu Côrtes, do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Jansen Pereira, ex-gerente executivo do COMPERJ”*.

Requerimento nº 428, do Deputado Altineu Côrtes, do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Nilo Vieira, Presidente do COMPERJ — Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro”*.

Requerimento nº 532, do Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Fernando Barros”*.

Requerimento nº 533, do Deputado Altineu Côrtes, do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Maurício Guedes”*.

Requerimento nº 344, do Deputado Aluisio Mendes, do PSDC, que *“requer à PETROBRAS todos os aditivos da Refinaria Abreu e Lima, com todas as justificativas”*.

Requerimento nº 371, do Deputado Altineu Côrtes, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha da PETROBRAS cópia do inteiro teor de todas as gravações em áudio e vídeo das reuniões do Conselho de Administração daquela estatal, no período de 2005 a 2015”*.

Requerimento nº 381, do Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha da PETROBRAS cópia do inteiro teor de todos os pareceres jurídicos exarados no âmbito daquela*



estatal, no período de 2005 a 2015, e pertinentes aos processos de construção de refinarias no Brasil”.

Requerimento nº 382, do Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha cópia do inteiro teor de todos os relatórios de auditorias realizadas pela PETROBRAS, no período de 2005 a 2015, pertinentes à construção de refinarias no Brasil”.*

Requerimento nº 383, do Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha da PETROBRAS cópia do inteiro teor de todos os contratos de projetos de construção ou obras de refinarias financiadas com recursos do BNDES ou recursos oriundos do exterior, no período de 2005 a 2015”.*

Requerimento nº 425, do Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine ao Tribunal de Contas da União — TCU cópia, inclusive por meio eletrônico, do relatório de auditoria sobre as obras de construção das refinarias REVAP, REPAR, PREMIUM I e PREMIUM II”.*

Requerimento de nº 427, do Deputado Altineu Côrtes, PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha junto à PETROBRAS cópia integral dos contratos e ajustes celebrados entre aquela estatal e todas as empresas envolvidas no processo de construção da Refinaria Abreu e Lima”.*

Requerimento de nº 438, do Deputado Altineu Côrtes, PR do Rio de Janeiro, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha junto à PETROBRAS cópia integral do Contrato de nº 4600437263 e seus aditivos, celebrado entre aquela estatal e a Empresa HOPE — Recursos Humanos”.*

Esses foram os requerimentos apresentados pela Sub-Relatoria para investigação e superfaturamento de gestão temerária de construção de refinarias no Brasil. Tenho parecer favorável desta relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos da Sub-Relatoria do Deputado Altineu Côrtes.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros para discutir.



O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, essa é uma Sub-Relatoria importante, e o Deputado Altineu solicitou muitas oitivas. Então, eu queria apenas informar ao Deputado, como ele é o Sub-Relator, que nós gostaríamos que todos fossem ouvidos, porque são dezenas de pessoas que estão convocadas e não é bom para esta CPI que pessoas convocadas aqui não compareçam. Um requerimento de convocação causa um impacto muito grande na empresa, na pessoa do convocado, cria o constrangimento, cria uma expectativa, especulações. E depois a pessoa não vir à CPI causará a nós o constrangimento de explicar por que não veio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Então, Presidente, eu queria muito pedir, como são muitos os convocados, que ele marcasse inúmeras sessões de oitiva, porque é uma para cada um. O Deputado Altineu vai ter de trabalhar muito para ouvir tantas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lembro, antes de conceder a palavra ao Deputado Altineu, que nós já determinamos que as Sub-Relatorias têm pleno poder para que essas oitivas sejam marcadas e realizadas pelos Sub-Relatores, porque acredito eu serem assuntos inerentes exclusivamente e isoladamente à Sub-Relatoria do Deputado Altineu. E não se preocupe, Deputado Ricardo Barros, nós manteremos uma cobrança constante para que esse trabalho possa andar e daremos total estrutura ao Deputado Altineu para que ele possa desempenhar o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, peço um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu, em seguida V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deputado, na realidade, eu acho que a gente aprovou hoje o início do trabalho, acho até que são poucas oitivas, são apenas sete oitivas aqui. Esse trabalho da construção de refinarias envolve todas as refinarias, são técnicos, enfim. A gente não chamou aqui engenheiros e outros responsáveis que vamos ter que chamar. Então, são apenas sete oitivas que a gente pretende apresentar conforme V.Exa. nos pediu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A partir de amanhã, estaremos à disposição para poder marcar essas oitivas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Exatamente. E também, de acordo com o nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, já devemos marcar essas sete oitivas com datas para que depois a gente possa convocar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com ampla divulgação para a imprensa e para todos os Deputados que quiserem participar.

Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, meu esclarecimento é ao próprio Deputado Altineu. Eu queria entender, ele aprovou uma série... Todas elas serão feitas na Sub-Relatoria? Todas as que estão aqui?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Exato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E como é que será feita a participação do conjunto dos Deputados nessas audiências?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As reuniões serão amplamente divulgadas. O gabinete de V.Exa., por exemplo, tomará conhecimento do local e da hora em que a oitiva será realizada para que V.Exa. possa se programar e participar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na sala de Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nunca coincidindo com a audiência do plenário principal. Elas deverão ser feitas nos Plenários 15 ou 16, aqui no corredor das Comissões. O.k.?

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos da Sub-Relatoria do Deputado Altineu permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Agora, antes de passar a palavra ao Relator, gostaria de informar rapidamente que houve um erro aqui, mas nós vamos corrigi-lo antes da apreciação. Nós colocamos aqui a mão, como fizemos na hora esse acordo. O Secretário, Dr. Manoel, entendeu que seria o Requerimento 447 e o Requerimento nº 490. Mas não é. É do Requerimento nº 447 ao Requerimento nº 490. Então, são 43, 44 requerimentos. Então, eu peço que V.Exas. possam...



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, nós vamos ter acesso ao conteúdo desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, o Relator irá ler cada requerimento, um por um, que o Deputado André priorizou. Inclusive estão na pauta. Estou avisando, para que V.Exas. possam acompanhar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É do Requerimento nº 447 ao nº 490, mais o Requerimento nº 539. São quase 50 requerimentos priorizados pelo Sub-Relator, Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero passar a palavra para o Relator, para que ele proceda à leitura desses requerimentos, para que o Plenário da CPI tome conhecimento do que se trata em cada um.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A 4ª Sub-Relatoria, que tem à frente o Deputado André Moura, do PSC de Sergipe, é a Sub-Relatoria para a investigação de irregularidade na operação da Companhia SETE Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos.

Requerimento nº 447, do Deputado André Moura, que *“requer o fornecimento de informações pela Sociedade Empresária Sete Brasil Participações S/A, para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 448, do Deputado André Moura, que *“requer o fornecimento de informações pelo Fundo de Investimento em Participações Sondas (FPI Sondas), para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 449, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa Ocean Rig do Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 450, do Deputado André Moura, que *“requer cópia dos comunicados entre o Palácio do Planalto, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com o BNDES sobre empréstimos do banco para a empresa Sete Brasil”*.

Requerimento nº 451, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento*



Econômico e Social, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.

Requerimento nº 452, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações e Participações da Empresa Sete Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 453, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da empresa Sete Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 454, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 455, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social — VALIA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 456, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 457, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado — STRONG, o Banco Bradesco BBI S/A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 458, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social — PETROS, para prestar esclarecimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, pela ordem. Relator, pela ordem. É para objetivar e ajudar os trabalhos do Relator. Por isso eu faço a V.Exa. este questionamento e por isso eu fui à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio, na hora que for para discutir, V.Exa...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não é para discutir. É para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está sendo descortês com o Relator, no meio da leitura!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Desculpe, mas é para ajudar o Relator. Eu vou deixá-lo falar. Ao final, ele vai perder todo o serviço quanto a isso. Há vários requerimentos aí em que o Sub-Relator está convocando o representante legal. Nós não temos deferência aqui. Todos os Deputados fizeram pesquisa, indicando os nomes a serem convocados. O Deputado Luiz Sérgio está convocando de dez... *“Representante legal de tal lugar, representante...”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na hora do debate, V.Exa. levanta esse tema.

Requerimento nº 459, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal do Fundo de Investimento em Participações de Sonda — FIP, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 460, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SETE HOLDING — AUSTRIA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 461, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa BOTINAS DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 462, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa ONDINA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 463, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa PITUBA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 464, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa BOIPEBA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.



Requerimento nº 465, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa URCA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 466, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa LEME DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 467, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa MARAMBAIA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 468, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa GUARAPARI DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 469, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa MANGARATIBA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 470, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa BRACUHY DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 471, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa GRUMARI DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 472, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa IPANEMA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 473, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa LEBLON DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.



Requerimento nº 474, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa COPACABANA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 475, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SETE INTERNACIONAL GMBH — ÁUSTRIA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 476, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa ARPOADOR DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 477, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SETE FINCO — ÁUSTRIA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 478, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa JOATINGA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 479, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa INTERLAGOS DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 480, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa ITAPEMA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 481, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa COMANDATUBA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.



Requerimento nº 482, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa FRADE DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 483, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa CAMBURI DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 484, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa ITAUNAS DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 485, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa ITAOCA DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento 486, do Sr. Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SIRI DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 487, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa CURUMIM DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 488, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa CASSINO DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 489, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SAHY DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Requerimento nº 490, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do representante legal da empresa SALINAS DRILLING B.V — HOLANDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sr. Relator, se V.Exas. me permitem, só quero justificar os nossos requerimentos que foram apresentados por mim, enquanto Sub-Relator. É que na nossa Sub-Relatoria há, no seu escopo, a questão da Sete Brasil, de investigar a venda de ativos na África, e a nossa convocação de representantes de todas essas empresas é porque são 29 navios-sonda sendo construídos por 29 empresas. Cada uma dessas empresas é responsável pela construção de um navio-sonda. Isso aqui envolve recursos do BNDES, recursos do Fundo de Marinha Mercante, e eu não consegui levantar a informação do nome de cada diretor dessas empresas.

Então, na verdade, é para que a gente possa ouvir essas empresas. Em muitas delas, os recursos foram aportados e as obras estão muito além do cronograma previsto, do cronograma físico-financeiro apresentado.

Então, é exatamente para, na nossa Sub-Relatoria, podermos ter essas informações, ouvindo os representantes de cada uma dessas 29 empresas, para que nós possamos ter um relatório mais substanciado, para que possamos apresentar ao Relator e a toda esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Esperamos o Relator terminar de ler.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Antes de entrarmos no debate, ainda há o Requerimento nº 539, do Deputado André Moura, que *“requer a convocação do Sr. Pedro José Barusco Filho, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Relator, Sr. Presidente, só em relação ao Requerimento nº 539, eu peço a reconvocação de Pedro Barusco porque, no depoimento dele aqui, muito do que ele disse diz respeito à nossa Sub-Relatoria. E, como a regra definida aqui e respeitada por todos é de 5 minutos para que a gente possa fazer as perguntas, eu fiquei com muitas perguntas, com muitas dúvidas para que pudessem ser tiradas em relação à nossa Sub-Relatoria.

Eu entendo que a oportunidade que eu possa ter de ouvir de novo Pedro Barusco, para que possamos discutir as questões pertinentes à nossa Sub-Relatoria, é de fundamental importância para o relatório que nós vamos apresentar.



Por isso, nós fizemos a reconvocação do Sr. Pedro Barusco, e eu peço que possamos ter o apoio de toda esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para encaminhar, e visando, Deputado André Moura, o bom funcionamento da Sub-Relatoria de V.Exa., o Deputado Júlio Delgado aqui tão bem questionou que, em não havendo o nome certo da pessoa a ser convocada, isso poderia não contribuir.

E eu quero aqui fazer um apelo não só a V.Exa., mas também ao Plenário, para que a gente possa aprovar os requerimentos, assim como o Sub-Relator sugeriu, e aí, após ser feito o contato da CPI, caso alguma empresa dessas não queira mandar a pessoa que V.Exa. espera para dar as explicações necessárias, que V.Exa. rerepresente o requerimento, nomeando a pessoa certa a ser trazida.

Eu acredito que, com o esforço de V.Exa. aprofundando o trabalho, com certeza poderá contribuir para que a gente não prejudique todos esses requerimentos e a Sub-Relatoria, Deputado Júlio Delgado, tenha condições de iniciar os seus trabalhos.

Era um apelo que eu gostaria de fazer para que a gente pudesse, mais adiante, caso necessário fosse... Se as empresas puderem atender já a convocação de V.Exa., que é o que eu acredito e espero que aconteça, nós já iremos evoluir de maneira significativa para que V.Exa. possa promover as audiências públicas e as oitivas necessárias.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu também queria discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan e, em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, a primeira questão é a seguinte: o Deputado Moura apresentou muitos requerimentos. O assunto é complexo, mas aqui é uma CPI, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. São convocações. Convocação não pode ser feita a um representante legal, porque não há responsabilização. Quem vem depor aqui o faz sob juramento. Ele vai falar e certamente assumirá as responsabilidades pelo que falar. Nós não podemos



convocar alguém no genérico, um representante da empresa. Acho que isso não... Eu quero ouvir, mas, se o Deputado Moura apresentar, não tenho nenhum problema em votar.

A segunda questão: do Pedro Barusco. Como nós já o ouvimos e é verdade que ele falou muito, pode dizer muito, mas temos muitos outros a ver. Há requerimento sobre a mesa sobre a acareação do Sr. Pedro Barusco com vários outros dirigentes da PETROBRAS, uns que depuseram e outros que ainda não depuseram nesta Casa.

Então, nós não vamos aprovar, parece-me, uma reconvocação do Barusco se nós podemos avançar já com acareações. Entende?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, só para poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou dar a palavra ao Deputado Júlio Delgado. Em seguida, falará V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu vou concordar com V.Exa. Parece que eu estou sentindo aqui o desejo de alguns que querem estender a sessão em uma discussão etérea ou querem fazer com que ela se acelere para isso.

O Deputado André Moura, com quem tenho enorme amizade, em alguns casos, por exemplo — está aqui o Requerimento que ele faz, de número 451 —, requer a convocação do Sr. Luciano Coutinho, do BNDES. Está nominado! Nós queremos trazê-lo aqui, porque favoreceu várias dessas empresas. No seguinte, ele fala do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações da Sete Brasil. No outro, ele já fala do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da Sete Brasil. E pede alguns documentos também nos Requerimentos nºs 447, 448. Não há nenhum prejuízo em nós aprovarmos esses requerimentos.

Agora, ao aprovarmos representante legal de 35 empresas, eu não sei se isso é para andar ou para não andar. Na CPMI, Presidente, nem aceitar esse tipo de requerimento a Secretaria aceita. Não aceita sem ser nominal. Fizemos alguns e foi solicitado que nós apresentássemos o nome. Nem aceito é um pedido de representante legal, por não nominar a pessoa da oitiva. Acho isso um tanto preocupante para os trabalhos futuros da CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito, Deputado Júlio Delgado, que, quando V.Exa. se arvora no sentido de contribuir, V.Exa. desrespeita o Deputado André Moura. Quando V.Exa. diz que ele está querendo convocar aqui representantes de empresas para a CPI não andar, eu acredito que isso é...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não foi isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de registrar isso. Como nós temos aqui o compromisso de as Sub-Relatorias realizarem as reuniões, isso poderá ser cobrado após a aprovação dos requerimentos. Caso o Deputado André Moura — eu acredito que isso não irá acontecer — não promova as oitivas, assim como o Deputado Altineu irá fazer, o Deputado Bruno, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, aí sim nós poderemos vir a cobrar que ele possa dar vazão à demanda que ele próprio criou. Como eu acredito na competência do Deputado, não só a CPI recebe os requerimentos de S.Exa., como os colocará em votação.

Deputado André Moura, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, primeiro eu quero aqui agradecer a V.Exa. por acatar nossos requerimentos para que sejam colocados em votação e só explicar ao Deputado Júlio Delgado, com quem tenho enorme amizade e atenção, que a nossa intenção, muito pelo contrário, não é de fazer com que esta CPI não ande, mesmo porque nas reuniões internas — e ainda hoje isso foi discutido — as Sub-Relatorias terão oportunidade de fazer oitivas e audiências em separado desta Comissão aqui.

Então, muito pelo contrário, esta é a nossa intenção: lógico, se algum desses que aqui eu apresentei no requerimento de convocação for de interesse desta Comissão, que ele possa vir a esta Comissão para poder aqui prestar o seu depoimento. Para aqueles que dizem respeito à nossa Sub-Relatoria e todos os Parlamentares queiram acompanhar, que nós possamos fazer essas audiências em um horário diferente do horário desta Comissão, exatamente para poder adiantar os nossos trabalhos.

Tenha certeza V.Exa., Deputado Júlio, que essas 29 empresas — nós tivemos dificuldades num primeiro momento, mas acato aqui a sugestão do Presidente, que a gente possa apresentar os nomes posteriormente — são de fundamental importância para a nossa Sub-Relatoria, para que possamos



apresentar uma Sub-Relatoria a esta Comissão e ao Relator com as informações mais precisas possíveis, porque essas empresas são corresponsáveis pela construção dos 29 navios-sonda, contratadas pela Sete Brasil. Neles estão aporte, através de ponte financeira, do BNDES e do Fundo de Marinha Mercante.

Ao Deputado Ivan Valente também a mesma explicação, para que nós possamos dar celeridade à nossa Sub-Relatoria e, naturalmente, que possamos ter o depoimento de todas essas empresas através de seus representantes, para que possamos, como eu já disse aqui anteriormente, apresentar um relatório que verdadeiramente atenda aos anseios da sociedade, do povo brasileiro, dos membros desta Comissão, do seu Relator e do seu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para encerrar a discussão, com a palavra o Deputado Leo de Brito. Em seguida, falará o Relator e vamos colocar os requerimentos em votação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só uma pergunta, uma questão ao Sub-Relator André. No caso, essa oitiva de Pedro Barusco, que já esteve aqui na Comissão, vai ser feita em separado ou ele virá... Seria convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na Sub-Relatoria do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Exatamente. Minha pergunta é: ele vai fazer em separado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já respondendo à questão de V.Exa. e à do Deputado Ivan, o Sr. Pedro Barusco está sendo reconvocato para que venha prestar oitiva na Sub-Relatoria do Deputado André Moura para responder exclusivamente sobre a Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Na Sub-Relatoria, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As acareações serão apreciadas durante a Ordem do Dia de hoje, o que, acredito eu, será plenamente possível de ser apreciado, sempre registrando que elas só serão marcadas por este Presidente quando houver a participação de todos aqueles que estão sendo provocados à acareação. Eles têm que vir primeiro aqui e, havendo a necessidade da acareação, posteriormente marcaremos. Não há como marcar acareação antes



de a pessoa a ser chamada para acareação ter vindo depor na CPI, até porque às vezes se torna desnecessária a acareação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Estou devidamente esclarecido

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Presidente. O Relator indicou aqui o Requerimento nº 451, que convoca o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu pedi já para agrupar todos os requerimentos que convocam o Sr. Luciano Coutinho, que são os Requerimentos nºs 27 e 89, para que estejam no mesmo escopo de requerimentos, para que os Deputados que os apresentaram possam também fazer sua participação como autores dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos incluindo, além dos requerimentos do Deputado André Moura, que o Relator priorizou, os Requerimentos nºs 27 e 89, porque tratam do mesmo tema, que é a convocação do Presidente do BNDES.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator. Em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, para que não paire nenhuma dúvida, eu entendo que a Secretaria desta CPI irá comunicar a todos os membros o horário, o local e quem estará sendo ouvido, para que os Sub-Relatores possam fazer o trabalho e, evidentemente, os membros da CPI e os não membros da CPI interessados possam participar.

Segundo, em relação à questão levantada pelo Deputado Júlio Delgado, os requerimentos que estão sendo apreciados foram objeto de uma reunião que levou um bom tempo, uma reunião administrativa antes, preparatória desta. Lá esse tema foi debatido e foi feito o entendimento pela sua aprovação. Assim sendo, eu mantenho a minha posição da reunião de trabalho realizada hoje cedo, que optou favoravelmente à aprovação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Coloco em votação os requerimentos. Os Deputados que os aprovam permaneçam...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, V.Exa. tinha me dado a palavra depois do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei votar os requerimentos e darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é sobre encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É sobre o tema?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É sobre o tema. É sobre o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu peço que V.Exa. conclua rapidamente para nós podermos votar os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É rápido, Sr. Presidente. Eu só quero dizer o seguinte: não quero não votar os requerimentos do Deputado Moura que estão nominados. Não resta opção. Se eu vou votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vota contra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não quero votar contra, aí é que está. Eu quero votar os nominados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aí V.Exa. sai do plenário. Não tem outra saída: ou é contra, ou a favor, ou se abstém.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é sair do plenário, Presidente, veja!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tem outra saída, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Veja, Presidente, eu acho que é um procedimento. Nós não podemos votar em algo, em um representante legal qualquer numa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Este Presidente está colocando em votação. V.Exa. poderá recorrer às instâncias superiores.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Podemos destacar, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então eu quero destacar os requerimentos do Luciano... Eu quero destacar na votação, quero destacar alguns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer retirar os requerimentos da votação?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, não. V.Exa. se dirigiu ao Deputado Ivan Valente dizendo que, se ele quiser, saia ou vote contra. Eu quero votar favorável a alguns. Estou perguntando se eu posso destacar alguns dos requerimentos para votar favorável e votar contrário a outros. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu faço destaque. Eu quero fazer destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, votaremos nominalmente e um a um, para que V.Exa. possa se posicionar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos lá.

Em votação o Requerimento de nº 447.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, é preciso saber, porque está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. disse que ia fazer em bloco, para autorizar tudo. Agora fala que vai fazer um a um, na demonstração de que quer que esta sessão se encerre ou se estenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. estiver querendo questionar, de certa forma, Deputado Júlio, que questione. A Presidência lhe atende. V.Exa. fica questionando... Está transparecendo que quem quer aqui procrastinar é V.Exa., não somos nós. Nós queremos votar em bloco para que possamos evoluir.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu perguntei se podia destacar e não votar um a um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual é o que V.Exa. quer destacar?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos racionalizar! É porque não tem a lista, Presidente. Eu não estou entendendo, não tem a lista.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, dá para dar uma contribuição? Como o acordo feito pela manhã era para bloco, faz uma relação dos destaques e vota todos os outros em bloco, porque isso economiza trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, quais são os requerimentos que V.Exa. quer destacar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso. Onyx, os que estão nominados serão votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou querendo dar celeridade à reunião e não estou podendo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu quero destacar, Sr. Presidente, o 451, o 452, o 453, o 450, o 449, o 448 e o 447, para que sejam votados, porque estão nominados os documentos e o nome das pessoas a serem convocadas. São esses que eu quero destacar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. V.Exa. será atendido regimentalmente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, deixe-me fazer um apelo antes do destaque. Veja só: não sou eu nem o requerente nem o Relator, mas compreendo, estou persuadido de que deve constar o nome do convocado. Entretanto, parece que o requerimento é do interesse do Relator Setorial. Não temos necessidade de rejeitá-los hoje. Podemos convocá-los — os representantes oficiais das empresas — e depois os convocamos nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro, era isso que eu queria sugerir, para que ele possa começar a trabalhar e dar divulgação ampla aos nomes que serão trazidos a esta Comissão, para que ele possa ouvi-los. Eu não estou vendo aqui nenhum tipo de discordância que chegue a esse ponto. Eu, sinceramente..., mas tudo bem, vamos cumprir.

Então vamos votar todos os outros requerimentos em bloco. Nós colocaremos para votar do Requerimento 454 ao Requerimento 490, mais o Requerimento 539, de convocação do Sr. Pedro Barusco.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*



Aprovados os requerimentos, com votos contrários dos Deputados Júlio Delgado e Ivan Valente.

Vamos agora para os requerimentos destacados, os Requerimentos nºs 447, 448, 449, 450, 451, 452 e 453.

Coloco em votação em bloco os requerimentos.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovados os requerimentos, por unanimidade.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, e os outros dois, que também falam do Luciano Coutinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E os outros dois, incorporando os Requerimentos nºs 27 e 89, que tratam do mesmo tema do Requerimento nº 451, que trata da convocação do Sr. Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu também tenho. Então, quero que seja incluído o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. sabe o número do seu requerimento?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É 89.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já está atendido.

Dando seguimento, passarei novamente a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, para que ele prossiga com os requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Solicitação dos Sub-Relatores:

Requerimentos nºs 156, 91 e 498, que *“solicita a oitiva do Sr. Augusto Mendonça, executivo da empresa Toyo Setal, para que, sob compromisso, detalhe a participação de sua empresa no esquema de corrupção investigado por esta CPI”*.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor pode nominar quem são os autores, Relator?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Olha, o autor do Requerimento nº 156 é o Deputado Ivan Valente; do 91...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sou eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...o Deputado Onyx, e do 498 é o Deputado Prascidelli.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados por unanimidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 13, do Deputado Carlos Sampaio; Requerimento nº 64, do Deputado Onyx Lorenzoni; Requerimento nº 116, da Deputada Eliziane Gama; Requerimento nº 215, do Deputado Júlio Delgado; Requerimento nº 384, do Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo, requerem a convocação do Sr. João Vaccari Neto, Tesoureiro do PT, para uma oitiva nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos de convocação do Sr. Vaccari. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, coloco-os em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a convocação do Sr. João Vaccari a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 247, do Deputado Félix Mendonça Júnior, do PDT da Bahia, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos em vigor entre a Companhia e empresas de consultoria jurídica, desde a edição do Decreto nº 2.745/1988”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos que aqui, antes de colocar os requerimentos em votação, ressaltar que a data precisa ser levada ao escopo daquilo que a CPI pode investigar, o período de tempo compreendendo de 2005 até 2015.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - São todos os vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos os contratos vigentes. Então, está atendido, na forma que pede o Deputado Félix Mendonça Júnior.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 247.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 346, do Deputado Aluisio Mendes, que *“requer o inteiro teor de todas as interceptações telefônicas e telemáticas da Operação Lava Jato”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 346. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 346, do Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 349, do Deputado Aluisio Mendes, que *“requer à PETROBRAS cópia de todos os contratos celebrados com a empresa Salvaterra Consultoria e Engenharia Ltda, valores, modalidade de contratação e o responsável da PETROBRAS pelos contratos”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 349. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 349, do Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 397, do Sr. Jhc, que *“requer o envio de pedido de informações por escrito ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, relacionadas a procedimentos de auditoria interna no âmbito da PETROBRAS, de suas subsidiárias e da entidade fechada de previdência complementar que atende os empregados da referida sociedade de economia mista”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 397, do Deputado Jhc, do Solidariedade de Alagoas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 397.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 418, do Deputado Otavio Leite, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à PETROBRAS, de cópias em inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, de todos os cronogramas físico-*



financeiros confeccionados com base na metodologia PERT/CPM, relacionados às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 418. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 418.]

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 420, do Deputado Otavio Leite, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisitar, à Polícia Federal, o compartilhamento com esta CPI das imagens do circuito de câmeras de segurança externa e interna e das áreas internas de recepção e comuns à fruição das pessoas do Hotel Windsor, do Restaurante Alloro e do Hotel Sheraton (atual Radisson), no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 2005 a 2014, bem como o resultado de eventuais apurações in loco realizadas em inquérito policial; e, caso a Polícia Federal não tenha realizado essas diligências, requerer à instituição e ao Ministério Público Federal que procedam à coleta das ditas informações”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 420, do Deputado Otavio Leite. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 420.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 516, do Deputado Antonio Imbassahy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Ouvidoria-Geral da PETROBRAS, de cópias em inteiro teor, inclusive em meio magnético e arquivo pesquisável, de todas as denúncias recebidas pelo órgão no período compreendido entre 2005 a 2015, anônimas ou não, que relatem irregularidades contábeis, financeiras, de controles internos ou relativas a danos patrimoniais, bem como as respostas recebidas das áreas responsáveis e todos os documentos referentes à sua respectiva tramitação, no âmbito da PETROBRAS Controladora e de outras companhias do Sistema PETROBRAS, e as demais*



providências tomadas no âmbito da estatal, relacionadas à construção de refinarias no Brasil; à constituição e/ou operação irregulares de empresas subsidiárias e de sociedades de propósito específico com o fim de praticar atos ilícitos; à construção e ao afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; à irregularidades na operação da Sete Brasil e à venda de ativos da PETROBRAS na África”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 516, do Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 516.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 523, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos em vigor entre a Companhia e empresas de consultoria jurídica, no período de 2005 a 2015”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 523, do Deputado Félix Mendonça Júnior. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 523, do Deputado Félix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 524, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que *“requer à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Advocacia-Geral da União (AGU) cópia dos memorandos referentes a possíveis acordos de leniência a serem celebrados, bem como informações acerca dos procedimentos e das empresas que solicitaram esse benefício”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 524, do Deputado Félix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só quero lembrar que a emenda pode estar insuficiente, Sr. Presidente, mas ela tem que estar dentro do escopo da investigação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato. Nós iremos cumprir aquilo que regimentalmente a CPI poderá fazer em suas investigações. Tudo o que estiver dentro do escopo, com certeza, iremos cobrar dentro do que podemos fazer.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 524.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 526, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que *“requer à Presidência da PETROBRAS a relação dos conselheiros fscais e de administração em atividade no período de 2005 a 2015, e ainda informações detalhadas acerca do trâmite dos pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal antes de serem enviados à Comissão de Valores Mobiliários, acompanhadas de todas as atas do Conselho Fiscal que antecederam ou trataram de transações financeiras da empresa iguais ou superiores a 50 milhões de reais”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 526, do Deputado Félix Mendonça Júnior. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 526.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 106, da Deputada Eliziane Gama, que *“requer que seja convidado o Sr. Auro Gorentzvaig, ex-Conselheiro e acionista da Petroquímica Triunfo”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 106.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, gostaria que a Deputada Eliziane Gama explicasse os motivos dessa convocação. Vi, de certa maneira, uma pertinência muito grande em relação a todos os requerimentos, e em relação inclusive as três primeiras oitivas que nós tivemos, e o fio lógico da investigação. Portanto, queria compreender melhor, inclusive para poder votar o requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, tem a palavra a Deputada Eliziane Gama.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, é muito importante essa convocação, e eu queria cumprimentar os colegas, especialmente o Relator, por incluí-la para que nós venhamos a aprová-la neste momento. A informação que foi passada pelo empresário Auro é que está dentro do escopo da investigação da CPI. Nós estamos investigando aqui superfaturamento, cobrança de propinas, e tudo isso é o que ele relata nos depoimentos que foram prestados ao Ministério Público. Inclusive, um deles é que, por exemplo, a própria PETROBRAS teria adquirido a Petroquímica Suzano por três vezes o que seria o preço de mercado. Então, é importante o debate, é importante que ele esteja aqui para dar esses esclarecimentos. E, a partir desses esclarecimentos, talvez possamos ampliar para outras possíveis convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A discussão do requerimento ainda está aberta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o convite ao Sr. Auro Gorentzvaig permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à Deputada, que falou da Petroquímica Suzano, e aqui está a Petroquímica Triunfo. Eu não entendi bem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A denúncia dele é referente à Petroquímica Suzano, a de que ela teria sido adquirida por três vezes o valor de mercado. Essa foi a informação que eu passei e é o que consta das informações que chegaram a nossa assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 106.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de me abster.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a abstenção do Deputado Leo de Brito, o Requerimento nº 106 está aprovado.

Antes de voltar a palavra ao Relator, gostaria de ler aqui uma informação, que nos foi trazida pela Consultoria Jurídica da CPI, sobre os Requerimentos 8 e 10,



apresentados pelo Deputado Carlos Sampaio, que serão os próximos requerimentos a serem lidos pelo Relator, e os Requerimentos 333 e 334, da Deputada Eliziane Gama.

Esses requerimentos são formulados com lastro nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, porquanto tais medidas são necessárias à apuração das infrações penais objeto de investigação por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e têm por motivação as investigações deflagradas pela Operação Lava-Jato, realizada pela Polícia Federal, lastreando-se nos mesmos fatos e fundamentos jurídicos deduzidos das ações penais e inquéritos policiais respectivos.

Por que esta Presidência está fazendo este aviso? Para que os requerimentos de V.Exas. possam ser apreciados. E, da mesma forma, apelamos para que esses requerimentos de quebra de sigilo apresentados e apreciados futuramente necessariamente tenham, no seu pedido, esse amparo, esse lastro nessas leis que acabei de ler, para que seja legalmente exercido o direito da CPI, em sendo vontade da maioria dos Deputados, de exercer o papel de quebra de sigilo.

Então, nós estamos fazendo isso por um alerta da Consultoria para que possamos, na verdade, nos respaldar legalmente caso sejam aprovadas essas quebras de sigilo a serem lidas pelo Relator e, conseqüentemente, apreciadas pelo Plenário da CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Embora, Sr. Presidente, nesse caso, nós estejamos aqui apreciando os Requerimentos nºs 43, do Deputado Carlos Sampaio, o 44, do Deputado Carlos Sampaio, 333 e 334, da Deputada Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio, os Requerimentos nºs 8, 10, 333 e 334 tratam do mesmo tema. Por isso nós os agrupamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É. Tratam do mesmo tema, e aqui versam sobre transferência de sigilos telefônicos e bancários do Sr. Pedro Barusco e do Sr. Renato Duque, ambos já ouvidos aqui por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.
(Pausa.)



Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, em bloco, os quatro requerimentos: os Requerimentos nºs 8 e 333, que tratam da transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Pedro Barusco, e os Requerimentos nºs 10 e 334, que tratam da transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Renato Duque.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovados os requerimentos dos Deputados Carlos Sampaio e Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimentos de nº 75, do Deputado Onyx Lorenzoni; 126, da Deputada Eliziane Gama; e 216, do Deputado Júlio Delgado, que solicitam a convocação da Sra. Venina Velosa da Fonseca, ex-Gerente Executiva da Diretoria de Refino e Abastecimento da PETROBRAS, para prestar depoimento a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os requerimentos tratam da convocação para a oitiva da Sra. Venina Velosa. Foram agrupados os requerimentos do Deputado Onyx, da Deputada Eliziane e do Deputado Júlio Delgado.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação os Requerimentos de nºs 75, 126 e 216.

Os Deputados que aprovam esses requerimentos permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os Requerimento de nºs 16, do Deputado Carlos Sampaio; 120, da Deputada Eliziane Gama; 171, do Deputado Ivan Valente, e 308, do Deputado Júlio Delgado, solicitam a oitiva do Sr. Mário Góes, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionadas às investigações de práticas e atos ilícitos e irregularidades no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os Requerimentos de nºs 16, 120, 171 e 308, que tratam do mesmo tema: a convocação do Sr. Mário Góes. (Pausa.)



Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovados os Requerimentos nºs 16, 120, 171 e 308.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, nobre Relator, sobre esse último item aqui, do Sr. Mário Cunha, na realidade, é só uma correção: o nome é “Mauro Cunha”. E esse Requerimento nº 56, do Deputado Imbassahy, já foi aprovado anteriormente no nosso pedido.

Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, se já está atendido, no escopo que V.Exa. levantou, eu peço que a Secretaria da CPI possa agrupar o requerimento nº 56 ao que já está aprovado. Houve aqui uma duplicidade, então...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, há requerimento sobre a Mesa. Preferência.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exatamente. Nós iremos agora partir para o requerimento de preferência. Ainda existe outro requerimento a ser apreciado no bloco do Relator.

Antes eu preciso comunicar ao Deputado Prascidelli, que está presente. Na reunião de hoje — V.Exa. não pôde participar — nós prejudicamos o Requerimento nº 1, do Deputado Carlos Sampaio, que tratava da criação de sub-relatorias, pois as sub-relatorias já estão criadas, e os Requerimentos de V.Exa. de nºs 502 a 513, por estar o pedido de V.Exa., nesses requerimentos, estendendo a um prazo que a CPI não pode ir. V.Exa. pede a cópia de contratos, dos 20 maiores contratos de várias empresas, do ano 2000 ao ano de 2015. A CPI não pode ultrapassar o ano de 2005 nas suas atribuições de investigação. Também é necessário que V.Exa. possa especificar esses contratos de que V.Exa. quer cópia.

Eu gostaria de aqui sugerir — foi uma sugestão que eu fiz ao Relator — que V.Exa. pudesse requerer os contratos dessas empresas com a PETROBRAS, que é motivo de investigação desta CPI, e não os 20 maiores contratos de maneira solta,



porque essas empresas podem ter contratos maiores em outros setores, em outros países.

Então, os requerimentos de V.Exa. ficam prejudicados pelo tempo que V.Exa. estabeleceu no pedido.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só para esclarecer o porquê de ter esse pedido de requerimento, apesar de V.Exa. considerá-los prejudicados, e provavelmente os Deputados que participaram da reunião, e, como V.Exa. mencionou, porque não pude participar hoje...

O prazo está exatamente, conforme é regra nesta CPI, de acordo com os depoimentos feitos aqui e de acordo com aquilo que se tem do vazamento de alguns depoimentos feitos para o Ministério Público por alguns depoentes.

Segunda coisa: em que pese eu estar pedindo, de fato, os contratos dessas empresas, nós precisamos claramente entender que esta CPI trata de ilícitos porventura cometidos no âmbito da PETROBRAS por essas empresas que estão sendo investigadas e que, evidentemente também têm que ser alvo da nossa investigação — da nossa investigação enquanto documentos ou enquanto oitivas.

Eu peço — e V.Exa. também tem, através do elenco de requerimentos que estão sendo solicitados — a oitiva de vários dirigentes dessas empresas, os quais alguns inclusive se encontram presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As oitivas não estão prejudicadas, Deputado Prascidelli; apenas os requerimentos que V.Exa. se referiu aos anos 2000 a 2015.

Eu solicito a V.Exa. que os reapresente no período de 2005 a 2015 e o Plenário desta CPI irá aprová-los. Eu não posso estender a CPI a um tempo que nós não estamos autorizados a investigar.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que os reapresente com a data que a CPI pode investigar.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu vou fazer isso então. Vou reapresentá-los no período de 2005 a 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E se V.Exa. puder também deixar claro que os contratos são no âmbito da PETROBRAS, porque...



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, os contratos são os das empresas. Veja, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas se as empresas tiverem contratos com outras estatais?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Exatamente. Nós precisamos entender se essas empresas prestam serviços para outras estatais, ou para outros países inclusive, e qual é o procedimento de relação desses contratos dessas empresas com a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, tudo bem. Não irei discutir o mérito com V.Exa. Cabe a este Presidente apenas considerar prejudicados pelo tempo que V.Exa. abordou.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, eu vou reapresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em sendo apresentado com o tempo certo, colocaremos e apreciaremos de maneira muito tranquila.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O.K. Vou reapresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. A Deputada Eliziane também tinha solicitado, não sei se V.Exa. defere primeiro...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu quero declinar. Na verdade, a assessoria já me trouxe a informação de que eu precisava.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Perdão, eu não estava...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu havia pedido uma questão de ordem e aí eu declinei.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - A Deputada havia pedido e eu fiquei sem jeito de falar antes dela, mas, se V.Exa. me permitir, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, se baseia no art. 41, inciso II, do Regimento Interno. Esse artigo determina que cabe a V.Exa., ao Presidente da Comissão, convocar e presidir todas as reuniões da Comissão.



No que reside a minha questão de ordem? Nós tomamos conhecimento de que, na reunião de organização com os Sub-Relatores, com a relatoria, V.Exa. e esse colegiado, que reconhecemos como o mais importante, tomaram a decisão de realizar oitivas, de permitir a realização de oitivas, e que os Sub-Relatores teriam o poder de conduzir essas oitivas.

Veja, Sr. Presidente, a minha preocupação, que eu queria que V.Exa. pudesse esclarecer, é que essas oitivas, ainda que não venham a coincidir com os trabalhos da Comissão e que todos sejamos convidados, podem incorrer em uma situação de ilegalidade na medida em que nós seguimos aqui, no âmbito dos trabalhos da Comissão, na realização de um inquérito, o mesmo procedimento do Código de Processo Penal e da Constituição Federal. Sendo assim, V.Exa. tem, de acordo com a própria Constituição e com Regimento, a responsabilidade de dirigir as reuniões. V.Exa. é que tem essa responsabilidade indelegável.

E eu concluo, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para contraditar.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas eu queria, Sr. Presidente, apenas referir, antes de ser contraditada — porque eu não concluí o meu argumento e já está sendo anunciada a contradita... Mas eu, quem sabe, o Deputado que pediu a contradição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Talvez V.Exa. o convença, e ele não a contradite mais.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É, quem sabe ele concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx é um Deputado facilmente... *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É, é um Deputado de diálogo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Há controvérsias, Deputado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É um Deputado de bom diálogo.

Mas, Deputado Onyx, sem brincadeira, eu não terminei de oferecer a minha questão. Por isso me surpreendeu V.Exa. querer contraditar o que não está colocado ainda. Mas vamos lá!

Sr. Presidente, a minha preocupação não está somente na figura do Presidente, que é indispensável, mas, sim, no caso do juiz natural, do juiz inquisidor.



No caso de uma pessoa chamada a depoimento, em um interrogatório, não pode variar quem faz o interrogatório. Há, portanto, uma responsabilidade de quem faz o inquérito; de que o inquérito seja presidido e conduzido de forma a que quem faça a prova, quem estructure a oitiva e venha produzir prova... Não podem ser vários juízes. Isso é o Código de Processo Penal, e nós temos é que cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Se eu estiver enganada, V.Exa. me corrija.

Mas, então, justamente para efeito das garantias individuais, que eu tenho certeza que V.Exa. não quer em nada ferir, mas também para que a prova constituída não seja prejudicada por um procedimento, o que não é vontade de nenhum de nós, é que fazemos esse alerta para que não possa ser utilizado depois como um procedimento que, em princípio, não teria sido adequado, e desfazer conclusões importantes que tomemos na nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou acolhendo a questão de ordem de V.Exa. e irei respondê-la.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para contraditar, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito rapidamente, Sr. Presidente, vamos à vida real. CPI dos Correios: nós tivemos quatro Sub-Relatorias. Inclusive um dos Sub-Relatores, que fez um bom sub-relatório, é o atual Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo — só para lembrar um deles. Eu fui Relator das normas de combate à corrupção; o Deputado ACM Neto foi Sub-Relator dos fundos de pensão, e outros Parlamentares participaram desse processo. Além do que V.Exa. dispõe de três Vice-Presidentes, com a mesma condição de V.Exa. para, junto com os Sub-Relatores, conduzir as oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos aqui, para responder à questão de ordem da Deputada Maria do Rosário, o art. 43, que diz o seguinte:



“Art. 43. Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou Relator.”

Então, nós vimos aqui que vários dos requerimentos foram apresentados pelos próprios Sub-Relatores, e isso nos leva a tomar a seguinte posição e o seguinte direcionamento. Esta Presidência é quem irá marcar as audiências e oitivas a serem realizadas pelos Sub-Relatores. Elas serão presididas, quando não por este Presidente, por um dos Vice-Presidentes, de acordo com a agenda de cada um. Isso já foi previamente conversado com o Deputado Imbassahy, com o Deputado Kaio Maniçoba e com o Deputado Félix Mendonça, para que possamos dar imparcialidade e isenção e termos lá um verdadeiro magistrado para conduzir os questionamentos a serem feitos.

Nosso intuito é darmos celeridade e vida própria a essas sub-relatorias para que elas possam, ao final, ter condição de ajudar e de municiar o Relator, lembrando que o Relator será o coordenador desses trabalhos.

Tudo que está sendo feito, Deputada Maria do Rosário, é em comum acordo com o Deputado Luiz Sérgio, e nós manteremos, claro, a ampla divulgação desse agendamento. Divulgaremos aqui as oitivas marcadas nas Sub-Relatorias, os plenários onde serão realizadas para que todos os membros que desejem participar, assim como a imprensa, a sociedade que queira acompanhar, tenham, através dos canais de comunicação da Casa, a oportunidade de ver de perto o trabalho de cada Sub-Relatoria.

Então, os trabalhos serão conduzidos, quando não por nós, pelos Vice-Presidentes eleitos por V.Exas., que têm a mesma condição de tocar adiante os trabalhos.

Darei a palavra ao Relator para que ele possa encaminhar o último pedido.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só ainda nesse processo de esclarecimento da questão de ordem da Deputada Rosário, também não ficou claro para mim...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço para fechar a porta ali para que a gente possa ouvir o Deputado Prascidelli. Se puder encostar essa porta, agradeço.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não ficou claro com relação a essas eventuais oitivas. V.Exa. havia dito que elas não aconteceriam conjuntamente com as audiências desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando tivermos audiência no plenário principal, nós não iremos realizar a reunião dos Sub-Relatores, porque, de certa forma, isso impede os Deputados que queiram participar das duas.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu queria também fazer um apelo a V.Exa., e não sei se já ficou estabelecido isso, mas que não acontecessem duas oitivas ao mesmo tempo. Em que pese serem sub-relatorias diferenciadas, o restante dos Deputados que compõem este Plenário, evidentemente, podem ter o interesse de participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida, até por conta da estrutura da CPI; só existe uma Secretaria para dar conta de todas essas oitivas. Então, isso impossibilita duas, três reuniões ao mesmo tempo. Espero ter respondido a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edio, vamos aguardar o Deputado Luiz Sérgio concluir. Aí darei a palavra a V.Exa. e ao Deputado Ivan para que a gente possa seguir na apreciação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, V.Exa., com base no Regimento, criou quatro sub-relatorias para quatro eixos. Diante disso, evidentemente que aumenta um pouco o trabalho do Relator. Assim sendo, uma vez que foi criada uma sub-relatoria auxiliar, eu estou indicando e pedindo a aprovação do Deputado Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo, para que me possa auxiliar como Sub-Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quería pedir para fechar a porta para que a gente possa...

Então, nós iremos submeter a criação da sub-relatoria auxiliar, para auxiliar o Deputado Luiz Sérgio, para a qual ele já indica o Deputado Valmir Prascidelli. Isso aqui já foi amplamente discutido. Nós acatamos. Queremos apenas submeter ao Plenário.

Os Deputados que aprovam a criação essa sub-relatoria permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A Sub-Relatoria está criada, aprovada por unanimidade pelo Plenário. V.Exa. está indicado Sub-Relator auxiliar para ajudar o Deputado Luiz Sérgio.

Vamos à apreciação dos requerimentos.

Deputado Edio Lopes. Em seguida, seguiremos com a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, muito embora seja matéria vencida, nós gostaríamos de observar que, no Brasil, muito embora tenhamos alguns pressupostos que norteiam as Comissões Parlamentares de Inquérito, definidos de maneira clara na Constituição, o regramento original das CPIs no Brasil data de 1954. É uma lei que não tem mais de meia dúzia de artigos. Portanto, é muito vaga, e necessitamos ainda de suplementação do regramento pelo qual hoje estamos balizando o nosso trabalho.

Quanto às Sub-Relatorias, eu acho que se encontra amparo bem naquela questão onde as CPIs, no que couber, seguirão o rito do Poder Judiciário. Como nós sabemos, todos os tribunais — e aqui, entre aspas, é “um tribunal”, ou segue normas muito similares — são compostos por turmas para justamente dinamizar o trabalho.

É óbvio que os Sub-Relatores de uma CPI não terão autonomia definitiva. Todo o trabalho que produzirem será, obviamente, submetido, em primeiro plano, ao Relator e, deste, ao Plenário da Comissão, que é o fórum adequado e definitivo de deliberação.

Portanto, eu acho que a questão levantada pela Deputada Rosário, muito embora demonstre uma preocupação necessária para que todos nós estejamos atentos, no momento, parece-me que é desprovida de razão, de discussão jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O Relator...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Com a anuência do Relator, na linha que V.Exa. tem colocado, de agrupar os requerimentos com o mesmo objeto, como nós aprovamos hoje o Requerimento nº 539, de autoria do Deputado André Moura, que requer a convocação do Sr. Pedro José Barusco Filho, peço que seja aprovado o Requerimento nº 7, de autoria do Sr. Deputado Carlos Sampaio, que também prevê a convocação do Sr. Pedro Barusco. Acho que não há nenhum problema. O Relator não se opôs a agrupar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É o Requerimento nº 7?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato. Já está agrupado. O Secretário já havia nos alertado. Nós estamos atendendo ao pedido de V.Exa. Então, são os Requerimentos nºs 7 e 539.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, tem um pequeno detalhe. O Sr. Barusco, quando veio, foi em decorrência da aprovação desse requerimento. Essa é uma reconvocação. Então, no meu entender, é um novo requerimento. Para reconvocação, nós temos apenas o requerimento...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ele está como um requerimento não apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele não havia sido apreciado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas não é reconvocação. Nós vamos, a meu ver, abrir uma exceção, porque o requerimento do Deputado André Moura versa sobre uma reconvocação; no Requerimento nº 7, do Deputado Carlos Sampaio, por estar iniciando os trabalhos, deve ter ocorrido algum erro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou sendo informado aqui pelo Secretário-Geral que o Requerimento nº 7 foi atendido na primeira oitiva, apenas ele não foi votado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, ele fica prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, ele fica prejudicado.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Até porque o Deputado Carlos Sampaio perguntou ao Sr. Barusco antes do meu questionamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele perguntou como autor, só para não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

Existem aqui nove requerimentos extrapauta de preferência. Pelo art. 160:

“Art.160. Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre as do mesmo grupo.

“§1º. Quando os requerimentos de preferência excederem a cinco, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia”.

Como nós temos aqui nove pedidos, ou seja, quase o dobro do que fala o requerimento...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já darei a palavra a V.Exa.

Temos diversos pedidos de requerimento que alteram a nossa extensa pauta. Então, eu gostaria de deliberar com os senhores, porque nós precisamos aprovar esses requerimentos de inversão de pauta. Eu estou colocando essa preocupação para que a gente tenha o bom funcionamento dos trabalhos e, se pudermos evoluir através do diálogo para um acordo, seria o ideal.

Eu darei a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, em seguida ao Deputado Florence e, depois, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Primeiro, esses requerimentos de preferência foram precedidos de um acordo hoje pela manhã lá na reunião que nós fizemos com o Relator, V.Exa., Sub-Relatores e Líderes.

O que nós acordamos? Aquilo que era a pauta consensual nós já votamos, e ficou acordado entre nós que cada Parlamentar e cada partido faria a preferência daqueles mais de 300 requerimentos que sobraram aqui para priorizar a convocação.



Então, isso foi tudo um acordo prévio. *Data venia*, com todo respeito, acho que não cabe agora, Presidente, já que foi fruto de um acordo e de um entendimento de todos os partidos, alegar este artigo do nosso Regimento. E creio que não altera em nada aquilo que nós combinamos hoje pela manhã. Basta apenas colocar em votação: aquilo que tiver voto é aprovado e o que não tiver é rejeitado. É bastante rápido, bastante simples, bastante eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence, para discutir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Presidente e o Relator fizeram um esforço enorme para construirmos um acordo, inclusive com dezenas de requerimentos apresentados por Parlamentares de oposição. Parece-me que, somados aos já foram aprovados anteriormente, temos um volume de trabalho pela frente bastante expressivo.

Temos a previsão, não sei se confirmada ao Presidente, da vinda da ex-Presidente Graça Foster e do Sr. Alberto Youssef, que, na nossa avaliação, do Partido dos Trabalhadores, a partir do depoimento dele, poderemos, digamos assim, ultimar investigações ou eventualmente ajustar, porque ele tem um lugar importante naquela organização criminosa que atuou em conluio com diretores através do cartel das empresas.

Portanto, o acordo, Presidente, era para inclusão dos requerimentos a serem aprovados, e nós aprovamos. Claro que é uma prerrogativa regimental de qualquer Parlamentar, não tendo um requerimento seu incluso no acordo, recorrer ao instrumento do Regimento de pedir preferência. Mas nós achamos que o esforço feito foi muito profícuo, contemplou a todos. E consideramos que devemos iniciar a execução do planejado com todos os requerimentos aprovados anteriormente e com os aqui hoje aprovados e fazermos, o mais rapidamente possível, outra reunião buscando o acordo com base nos planos de trabalho do Relator e dos Sub-Relatores.

Se nós viermos aqui só para o voto, corremos não só o risco de aprovação como o de rejeição, sendo que podem ser inclusos nos planos de trabalho do Relator e dos Sub-Relatores. Por isso, o nosso apelo para que nos mantenhamos



com base no que foi acordado, e daí nós começamos a implementar, seguindo a orientação do Presidente...

Eu não estou dizendo que não é um direito de um Parlamentar recorrer apresentando requerimento de preferência. O que estou dizendo é que foi acordado, já temos um volume de trabalho substantivo, e nós podemos, muito em breve, retomar um esforço de acordo com base na orientação do Relator e dos Sub-Relatores.

Esse é o encaminhamento do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria me inscrever para falar depois do Deputado Ivan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Primeiro o Deputado Ivan, em seguida V.Exa, Deputada Eliziane.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, acho que é uma incompreensão do Deputado Florence sobre o que foi a reunião da manhã. A reunião da manhã eu acho que foi uma maneira só de adiantarmos os trabalhos; ela não substituiu o Plenário da CPI. O Plenário da CPI é soberano, entende? O fato de ter Relator, Sub-Relatores, apresentação de o plano de trabalho, tentar avançar é muito positivo e tal, mas há divergências inclusive — ordem de prioridade! Além de aprovar os requerimentos depois, nós vamos ter que estabelecer a ordem de prioridade, isso baseado na necessidade de compreensão da CPI e da sensibilidade que nós tenhamos com a sociedade civil. Não é só a nossa compreensão, a CPI tem que mostrar eficiência também.

Então, para começar, o art. 160 diz que “*quando os requerimentos de preferência excederem a cinco (...) se entender que isso pode tumultuar (...)*”. Lá mesmo, eu, o Deputado Onyx e outros colocamos o seguinte: nós vamos requerer a preferência de outros requerimentos que não foram aceitos naquele momento, que é o que está aí na mesa. Então, eu vou pedir que a gente passe à defesa e à votação dos requerimentos destacados. Não tem por que não votar

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aliás, posteriormente quero pedir à Presidência — o Deputado Hugo Motta não está no momento... Quero dizer que nós temos que estabelecer uma ordem. Não basta só votar dezenas, centenas de requerimentos. Nós temos que estabelecer uma ordem que tenha incidência, que tenha impacto, que facilite as investigações, que facilite os esclarecimentos com pessoas que já sabem, pessoas que já fizeram delação e assim por diante.

Então, eu peço à V.Exa. que, seguido o roteiro estabelecido de manhã, inclusive para destaques, passemos aos destaques e às votações, com direito de defesa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputada Eliziane, Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só para esclarecer, eu não aleguei que os Parlamentares não têm direito. Não foi isso. Eu reconheço o instrumento regimental. O que o Presidente Hugo Motta afirmou sobre até cinco e mais de cinco, eu entendi que não é, digamos assim, a ordem pública no convívio entre os Parlamentares, mas a ordem de condução das oitivas e das providências correlatas inerentes ao conjunto de requerimentos já aprovados.

Para concluir meu esclarecimento, Deputado Ivan, eu acho que nenhum de nós considera...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só para ajudar, nós já estamos levantando os requerimentos em que está sendo pedida a inversão de pauta para que possamos submetê-los ao Plenário. Estou levantando isso aqui com o Relator. Enquanto isso, V.Exas. podem ir discutindo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Para concluir minha intervenção, da minha parte, de forma alguma, e sei também que do Presidente, do Relator e de nenhum de nós que estava naquela reunião... Que uma reunião preparatória da Comissão subtraísse as prerrogativas desta Comissão. Não é nada disso. Pelo contrário, nós estamos dispostos a eventualmente ouvir os requerimentos postos e a até votar favoravelmente. Não é esse o tema. O tema é que nós já aprovamos um



pacote de acordo, já tem bastante trabalho e novos requerimentos podem implicar na reestruturação daquilo que foi acordado com o Relator e com os Sub-Relatores.

Então, o nosso apelo é focar no acordo e nos debruçarmos amanhã...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, peço que V.Exa. coloque em votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode concluir, Deputado Florence. Em seguida, Deputada Eliziane e Deputado Pansera.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

O nosso apelo é que tenhamos conhecimento de quais são os requerimentos, conversemos com os Sub-Relatores e com o Relator, e se possível como fizemos agora. Muitos desses requerimentos aí... Nós também temos requerimento de preferência para aprofundar a investigação retroativa no tempo ou com quem entregou dinheiro e faz delação contra agentes econômicos e agentes públicos que não são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Tem gente que vem réu confesso, bandido, e que, sem prova, acusa o PT e está aí. O requerimento vem. Nós não estamos objetando isso. Agora, minha tese é que, se nós construirmos acordo, vamos focar no acordo, se possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, primeiramente eu quero cumprimentar V.Exa., que tem sido muito preciso na condução deste trabalho. Não teve acordo nenhum de não votar nada. Ao contrário, o acordo foi para votar. Nós fizemos um acordo para dar agilidade durante esta reunião, que foi organizando aqueles requerimentos que eram consenso de todos para serem votados numa primeira leva, e depois os Parlamentares apresentarem os seus requerimentos. Esse é o acordo. Foi disso que eu participei e que todos os demais Parlamentares desta Casa participaram. Se isso não ocorrer, aí sim nós estaremos fazendo uma quebra daquilo que foi pactuado durante as horas da manhã de hoje.

Eu queria colocar isso como ponto fundamental e também pedir que a gente agilize. Daqui a pouquinho a gente entra na Ordem do Dia.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, Deputado Celso Pansera.

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida é V.Exa., Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, não houve nenhum acordo no sentido de não debater novos requerimentos. O que nós fizemos foi um esforço de consenso na reunião.

Nós temos aqui na pauta do dia mais aproximadamente 300 itens para serem analisados, e nós aprovamos mais de 100 requerimentos e um conjunto de oitivas e projetos. O que eu queria propor era o encaminhamento no seguinte sentido. O que nós temos já aprovado é matéria bem extensa, bastante coisa para todo o mês de abril. Foram feitas algumas ponderações na reunião de que aprovação de requerimentos demais gera expectativa demais, e vezes acabamos não cumprindo essas expectativas.

A Operação Lava-Jato segue a pleno vapor e a cada semana traz novidades. Nós podemos daqui a 2, 3 semanas ter grandes novidades novamente e esta CPI já ter uma pauta de requerimentos aprovados a que não vai dar vazão, e vai ter dificuldade de aprovar uma nova pauta de requerimentos.

Nesse sentido, eu estou fazendo uma ponderação com o Deputado Onyx, com a Deputada Eliziane não no sentido de que não pode. Pode! Pode e a gente vai... Mas nós poderíamos encerrar aqui, já em cima de tudo que nós aprovamos...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, por favor. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - ...e deixar para, em uma reunião futura, avançar na discussão de novos requerimentos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Pela Liderança...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Por favor...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso não! Isso aí não tem nada a ver.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso não foi definido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí nem regimental é.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos votar, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existem requerimentos que nós...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Presidente é que precisa conduzir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para poder definir aqui, darei a palavra, como Líder, primeiro ao Deputado Rodrigo Martins e depois ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelas Lideranças, acatarei a inversão de pauta que está sobre a mesa e seguiremos aquilo que está aqui já colocado, começando pelos requerimentos do Deputado Onyx e em seguida da Deputada Eliziane e do Deputado Ivan Valente, que existem aí.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, retiro minha inscrição e fico contemplado com a atitude de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria primeiro saudar V.Exa. e os demais componentes da Mesa, porque a reunião de hoje de manhã foi extremamente produtiva. Tanto foi produtiva que nós aprovamos por consenso uma série de requerimentos, alguns até inimagináveis que pudessem ser aprovados (*ininteligível*) ir restringindo a apuração dentro da questão da PETROBRAS. Nós queremos saber a questão da PETROBRAS, logicamente, toda a parte criminal relativa ao assunto PETROBRAS. Quando começamos a querer disputa política daqui ou dali, podemos desvirtuar o objetivo da CPI.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, ao cumprimentar V.Exa., o Relator, Deputado Luiz Sérgio, o Deputado Antonio Imbassahy, os demais Vice-Presidentes, dizer que o trabalho tem que ser este mesmo. E na verdade eu queria indagar de V.Exa. a respeito da questão de quinta-feira, se ficou decidido se vai ser Graça Foster ou Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Era esse o comunicado que eu queria fazer. Estava aguardando os ânimos se acalmarem, porque às vezes a gente passa alguma informação, e os senhores estão exaltados e acabam não ouvindo. A Sra. Graça Foster confirmou presença na próxima quinta-feira, a partir das 9h30min,



no mesmo local, aqui no Plenário 2, para que a gente possa fazer a oitiva e ouvi-la no próximo dia 26 de março. A gente espera contar com a presença de todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E vai remarcar Youssef, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Youssef será remarcado, até porque não tem como fazermos duas oitivas no mesmo dia.

Deputado Afonso Florence, pela Liderança do PT, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

Primeiramente quero destacar o contexto em que nós estamos. Ontem a agência Standard & Poor's manteve o grau de investimento no Brasil. Um dos grandes temas do Brasil... Nós temos hoje dois grandes temas no Brasil: um é a situação macroeconômica e o outro é o combate à corrupção. A sociedade brasileira quer soluções para a economia e quer soluções para o combate à corrupção.

Ao termos a manutenção do nível de investimento, do grau de investimento do Brasil, nós temos a confirmação daquilo que o Governo da Presidenta Dilma, que o Ministro Guido, que o Ministro Levy, que nós aqui na Casa vimos dizendo esse tempo todo. Nós fechamos 2014 com o maior índice de emprego, o menor índice de desemprego da história do Brasil, 4,8%. Foi o maior crescimento da massa salarial no Brasil na série histórica. É claro que o nosso Governo considera todos os outros indicadores de precificação de ativos, que é o que interessa à dinâmica econômica e aos investidores. Nós também monitoramos o PIB, o dólar e a inflação. Fizemos uma alteração aqui na Casa sobre a LDO, permitindo pagar obras do PAC, permitindo concretizar desoneração tributária. E todas essas decisões foram importantes para a manutenção do nível de emprego e para o crescimento da massa salarial.

Entramos este ano buscando recuperar a capacidade de investimento do Governo brasileiro, nosso propósito, com as Medidas Provisórias nºs 664, 665, 669 — que virou projeto de lei — e 670, e pela primeira vez vamos fazer a maior progressividade tributária no Imposto de Renda. É bom que o povo brasileiro que nos ouve saiba que com essa medida da Presidenta Dilma quem pode mais vai pagar mais Imposto de Renda, quem pode menos vai pagar menos Imposto de Renda.



No combate à corrupção, a Presidenta Dilma, o Ministério Público e nós aqui da Casa estamos tomando muitas iniciativas. Os trabalhos dessa CPMI do ano passado, que nós temos que recuperar, e desta CPI são fundamentais.

Nós tivemos aqui Pedro Barusco — e aprovamos reconvocá-lo — dizendo que praticou corrupção a partir de 1997 e 1998, dizendo que tinha conhecimento das denúncias na imprensa, mas que ele não tinha esse contato. Portanto, investigarmos 1997 e 1998 é fundamental para nós vermos. Nós temos denúncias de corrupção na PETROBRAS em 1989, em 1990. Portanto, retroagir no tempo é fundamental. Pedro Barusco disse que em 2004 houve uma institucionalização. Nós aqui lhe perguntamos, e ele disse que essa institucionalização decorria do aumento do número de contratos e da extensão dos investimentos. Disse que Vaccari tinha pegado dinheiro, negociado dinheiro, mas ele não sabia se era legal ou se era ilegal e não podia confirmar se recebeu o dinheiro. Era uma dedução ele ter recebido.

Nós estamos aqui hoje logo após Vaccari ter sido transformado em réu. O Partido dos Trabalhadores, o Relator acatou providências de investigação em relação a ele. Mas a única prova até agora arrolada é o depósito. A origem ilícita Pedro Barusco disse aqui que não podia provar. O depósito todos os partidos receberam, todos os partidos: PMDB, PSDB, DEM, PT. Todos os partidos receberam depósitos de empresas da Operação Lava-Jato, exceto o PSOL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Fazendo justiça.

E nós não podemos criminalizar porque, se esse veio de investigação é o que prevalecerá, terão que ser averiguadas todas as contas de creditados vitoriosos ou derrotados nas eleições estaduais, nas eleições municipais. E bem têm dito o Deputado Ivan Valente e o Deputado Chico Alencar. Nenhuma empresa faz doação senão porque tem obras sendo executadas naquele ente federado. Encontrar proporcionalidade de valores entre contratos e depósitos muito provavelmente ocorrerá com todos, todos os partidos.

Por isso alguns dos requerimentos que estão na pauta inevitavelmente terão que ser aprovados, que são os operadores, quem entregou o dinheiro. Tanto quem disse que entregou para o PT — e nós temos convicção da inocência dos nossos filiados, e eles vão se defender, e a nossa convicção é que prevalecerá a verdade, e



o Partido dos Trabalhadores, a sua militância histórica, espera a conclusão das investigações —, mas também os que entregaram ao DEM, ao PMDB, ao PP, a todos os partidos.

Portanto, nós aqui estamos nos posicionando pelo encaminhamento de manter o acordo não por temermos a investigação. Temos apoiado ela na CPMI e estamos apoiando na CPI. Entretanto, nós achamos que nós não podemos espetacularizar a Comissão. Existe trabalho aprovado para muito tempo pela frente. Por isso, na nossa opinião é possível focar nesses requerimentos que já foram aprovados, e na semana que vem nós nos debruçamos e construímos um acordo, construímos um acordo para novos requerimentos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...e não aprovamos ou rejeitamos aqui de forma açodada. Quero registrar que convocação de qualquer familiar de depoente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Acabou o tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...que não tenha envolvimento direto no processo, nós achamos inadequado. As mães, os pais de família...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Acabou o tempo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...os jovens que...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Acabou o tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou garantindo a palavra ao Deputado Afonso Florence, para concluir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Um minuto. É porque o Presidente, até onde eu saiba, é V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O que é isso? Vai começar a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, os pais... Nenhuma confraria é feita só de confrades. Não é porque o Deputado Carlos Sampaio propôs o indiciamento do Presidente do PSDB na CPMI... Na nossa opinião, não havia nem provas para aquilo. Por isso nós não votamos naquele relatório. Mas os familiares do



Ex-Presidente não mereciam ser submetidos àquela proposta de indiciamento. Então, se existe uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...que cometeu um ilícito, o familiar não tem que ser achacado.

Essa é a nossa posição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Daremos seguimento aos requerimentos de inversão de pauta. O Deputado Onyx pede inversão de três...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pela Liderança do PR, Deputado João Carlos Bacelar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ai.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho me debruçado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço atenção ao tempo do Deputado João Bacelar, pelo Partido da República, o PR.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu tenho me debruçado constantemente aqui, diariamente, nesta CPI, e tenho ficado preocupado com os rumos dela. Nós não podemos deixar que isto vire teatro, espetáculo.

Hoje acho que V.Exa. conduziu, na reunião com os Líderes e com os Sub-Relatores e com alguns membros pela manhã, um fato histórico nesta Casa. Hoje V.Exa. conseguiu trazer vários requerimentos de convocação ao longo, acho, de mais 60 dias. As quatro Sub-Relatorias mais a Presidência vão ter grandes trabalhos. Vai haver grandes depoimentos, importantes para o País, para desvendar este problema econômico, institucional seriíssimo para a Nação, que está sendo a CPI da PETROBRAS, e o problema PETROBRAS.

A PETROBRAS, Sr. Presidente, é o orgulho de todos os brasileiros, do mais simples ao mais forte. A PETROBRAS é um orgulho. Nós não podemos fazer com que esta CPI venha, mais à frente, como alguns propõem... Estão propondo a



privatização da PETROBRAS ou fazer com que a BR Distribuidora seja vendida ou algo mais. Temos que fazer, Sr. Presidente, com que o brasileiro volte a ter orgulho de ter a PETROBRAS como o maior patrimônio público brasileiro. Disso eu tenho certeza de que V.Exa. não vai abrir mão, assim como os pares aqui presentes.

Mas não podemos também, Sr. Presidente, fazer com que o espetáculo venha acabar com a economia brasileira. Estive conversando com um ente do sistema financeiro brasileiro na semana passada, e ele me disse que 230 bilhões de reais, que estão em jogo nas grandes empresas que estão alavancadas no setor financeiro brasileiro, podem vir a comprometer o sistema financeiro brasileiro.

Isso é muito grave. Isso é muito grave, e nós não poderemos nesta CPI permitir que convocações que não sejam pertinentes para esta Casa, que não sejam pertinentes para este tema venham trazer mais problemas econômicos para o Brasil, para a Nação, senão a geração de V.Exa., que é um jovem Deputado, assim como a minha e de vários outros jovens Deputados que estão nesta Casa, poderá ser comprometida por muitos anos e, quem sabe, até com contornos quase irreversíveis para a Nação.

Eu venho aqui pedir a V.Exa. que haja condição de aprovar requerimentos importantes de convocação que venham a engrandecer esta CPI. Mas nós não podemos nunca fazer com que esta CPI se torne palanque eleitoral; nós não podemos nunca fazer com que esta CPI se torne palanque antecipado para as eleições vindouras de 2016, até porque o Brasil não merece isso. O Brasil de hoje, o Brasil moderno não permitirá que aqui seja trampolim para processos eleitorais. E não é à toa, Deputado Florence. Nós estamos para votar num curto prazo de tempo, conforme a agenda do Presidente da Casa, uma reforma política ampla, uma reforma política que venha a enobrecer esta Casa, porque hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria pedir a V.Exa. que pudesse concluir. Demos até mais tempo do que teria na Liderança. Se V.Exa. puder concluir, eu agradeço.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Estou acabando, Sr. Presidente.

Nós não podemos fazer com que o espetáculo venha manchar esta CPI. Então, eu faço um apelo aos nobres Deputados aqui presentes — e a V.Exa., para



que conduza com altivez, que conduza com maestria esta Comissão — para que traga simplesmente pessoas que venham corroborar o tema, que venham trazer informações pertinentes ao tema. Que não tenhamos aqui o que nós vimos na semana passada, quando o Sr. Duque veio e ficou calado.

Peço a V.Exa., com o Presidente desta Casa, que, quando soubermos antecipadamente, como foi feito na semana passada com os advogados do Sr. Duque, que ele não iria falar, que temos que poupar a Polícia Federal, que temos que poupar o Erário brasileiro, e trazer para cá uma pessoa que não vai nem alavancar, e nem diminuir esta CPI...

Vamos ser objetivos, Sr. Presidente — são minhas palavras para concluir —, para que esta CPI não acabe em pizza no Brasil e tenha resultado prático. Vamos convocar pessoas que venham simplesmente dar informações coerentes com o tema, e não venham aqui virar um espetáculo circense no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Com base no inciso VII do art. 74, eu peço a palavra, Sr. Presidente, para contraditar o eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, não, não. Eu vou colocar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa. Eu gostaria apenas de informar que a Ordem do Dia foi iniciada. Em sendo iniciada ...
(*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...os requerimentos...

(Não identificado) - Palmas para quem obstruiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...não podem ser apreciados...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Competentemente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...porque perdem a validade.

(*Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Conseguiram evitar a votação das acareações...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Perdem a validade.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...da mulher do Duque.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, o que importa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Perdem a validade.

Eu darei a palavra a todos os Deputados, eu gostaria só de contar com a...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -... eu não diria com a compreensão, mas com o entendimento de V.Exas., que nós tivemos aqui hoje um esforço grande para votar...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -... os requerimentos. Votamos 100 requerimentos; foram 100 requerimentos aprovados. Com certeza ficaríamos aqui até mais tarde, se necessário fosse, para apreciarmos toda a pauta. Mas como somos escravos do Regimento Interno, ficamos obrigados neste momento...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu vou pedir a palavra pela Liderança do Democratas, então...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -... a encerrar a reunião deliberativa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado Marun...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -... em seguida ao Deputado Onyx Lorenzoni, pela Liderança do Democratas, e ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, permito-me discordar do eminente Deputado João Bacelar no sentido de que nosso compromisso aqui é a busca da verdade. Esse é o compromisso. E a oitiva do Sr. Duque eu não considero improdutiva. Claro, melhor seria se ele tivesse vindo aqui e efetivamente contribuído com as investigações. Todavia, nós não somos adivinhos, nós não temos bola de



crystal, nós não podemos aqui estabelecer uma condição, senão o cidadão sinaliza que não vai falar, e nós já nem convocamos, para livrá-lo do constrangimento.

Então eu entendo que, mesmo concordando com o Deputado que este não é lugar de pirotecnia, nem de espetáculo, a condução deve seguir do jeito que está. Aquele que a princípio não vai falar tem que vir dizer para nós que não vai falar, porque esse constrangimento pode sim, em determinado momento, permitir extrair informações que venham a contribuir com aquilo que nós queremos. Afinal, qual é a verdade desta situação?

É a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Pela Liderança do Democratas — eu peço atenção ao tempo —, tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero deixar claro aqui que nós participamos da reunião de hoje de manhã com o melhor dos objetivos, colaboramos na construção de um acordo. Agora, esta postura adotada aqui pelo Partido dos Trabalhadores e por alguns dos partidos da base vai complicar a construção de acordos daqui para frente. Por quê?

Foi feito um acordo de manhã — V.Exa. é testemunha —, dizendo o seguinte... Fizemos aqui o acordo majoritário, com a concordância dos Sub-Relatores e do Relator, o que é perfeitamente correto, válido, a combinação de permitir que partidos ou Parlamentares pudessem fazer os destaques que julgassem importantes.

Isso, Sr. Presidente, foi impedido numa manobra protelatória — muito rapidamente a gente fez a leitura aqui — com o objetivo de que a Ordem do Dia começasse. Eu não sei até se não pediram para iniciar a Ordem do Dia lá, não é? Para fazer o quê? Para impedir que nós pudéssemos discutir a convocação da mulher do Sr. Renato Duque, a acareação entre Renato Duque e Pedro Barusco. E eu vou ficar nessa figura do Renato Duque, porque tem a acareação do Pedro Barusco com o Vaccari.

Por que era importante fazer a convocação da esposa do Sr. Renato Duque? Porque conta-se uma história no Brasil de que, uma vez preso pelo Juiz Sérgio Moro o Sr. Renato Duque, essa senhora foi até determinado lugar em São Paulo,



entregou um documento, ou um *pen drive*, e disse que havia outros documentos e outros *pen drives* espalhados pelo Brasil. O fato concreto é que alguns dias depois o Sr. Renato Duque é o único preso das operações anteriores à Lava-Jato libertado pelo Supremo Tribunal Federal.

Quem levou? O que tem nesse *pen drive*? O que tem nos documentos? O que essa senhora sabe que conseguiu liberar o marido? E veja que o Juiz Sérgio Moro não passou recibo, ele ficou aguardando, monitorando. Quando Renato Duque transferiu 20 milhões de euros — eu vou repetir: 20 milhões de euros! — para o Principado de Mônaco, o que fez Sérgio Moro? Colocou na cadeia, e não larga mais, porque agora não tem como libertá-lo com nenhum *habeas corpus*.

Então, eu estou dizendo por que era importante fazer a convocação. Quero lembrar que na CPMI da PETROBRAS, Câmara e Senado, nós convocamos as filhas do Sr. Paulo Roberto Costa e os genros. Estava lá, pronto. O que fez Paulo Roberto Costa? Dez dias depois desse episódio, fez acordo de delação premiada, para que suas filhas e seus genros não viessem até a CPI.

Então, tinha uma lógica. E tem uma lógica discutir essa questão. Como tem uma lógica, Sr. Presidente, acarear Renato Duque e Pedro Barusco. Pedro Barusco diz — nós temos os autos, V.Exa. tem os autos — que ele era o contador de Renato Duque! Renato Duque disse aqui, nesta cadeira, que Pedro Barusco não era mais o seu amigo. Como assim, se ele chega à gerência da diretoria dirigida por Renato Duque, a convite de Duque, e são Duque e Gabrielli que colocam Barusco para ser o administrador e quem montou todo o esquema da Sete Brasil? Então, no momento em que os bandidos, os quadrilheiros já não se reconhecem e brigam, é dever desta CPI convocar.

Eu concludo, Sr. Presidente, dizendo que V.Exa. tem conduzido os trabalhos com equilíbrio e sabedoria. Hoje esse gesto não feito por V.Exa., foi feito pelo Partido dos Trabalhadores e alguns da base, e claramente impediu a discussão que eu estou trazendo aqui para fazer. Por que era importante? Não sou só eu. Aqui está o Deputado Perondi, que tem a mesma leitura, e outros Parlamentares têm leitura similar. Nós queríamos apenas votar a convocação dessa senhora, porque ela tem explicações a dar: como é que ela conseguiu liberar o marido? O que Lula temeu? O que Paulo Okamoto temeu? O que fez tremer o Instituto Lula? O que fez Renato



Duque ser liberado? O Brasil precisa saber disso. Eu quero saber disso. Aliás, fui eleito para isso. Eu estou aqui pelo meu partido para isso.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que uma acareação entre Pedro Barusco e Renato Duque é essencial para a investigação desta CPI. E era isso que eu queria voltar a discutir. Podia perder, sem problema nenhum, mas eu queria que as pessoas mostrassem quem quer investigar e quem quer encobrir as bandalheiras da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Darei a palavra...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Neste momento, está havendo votação nominal no plenário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei, Presidente. Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei 1 minuto ao Deputado Ivan, 1 minuto à Deputada Eliziane e 1 minuto ao Deputado Perondi e encerrarei a sessão, para que a gente possa proceder à votação nominal.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeira coisa, eu queria colocar o seguinte: é um direito soberano da Comissão votar os seus requerimentos de preferência. Ela foi violentada hoje, porque nós ficamos 3 horas discutindo uma coisa que praticamente estava acordada.

Segundo lugar, os requerimentos que eu apresentei são requerimentos que trazem equidade. O Sr. Duque, o Sr. Vaccari, os outros já foram convocados. Por que o Sr. Fernando Soares não é chamado? Por que o Sr. Júlio Camargo, que está em delação premiada, não foi chamado? Por que o Sr. Jaime de Oliveira não vem depor, se ele tem acusações a fazer diretas, para a gente esclarecer aqui na Casa?

Eu tentei colocar isso lá como acordo. Não conseguimos. Na hora de votar, suspende-se a sessão! O Sr. Fernando Soares... Realmente, é o fim da picada esta Comissão ainda não ter aprovada a convocação dele! Alguma coisa está errada!

Eu queria me posicionar só sobre a última questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não sou favorável a convocações de familiares quando não há nenhuma implicação real das pessoas, seja esposa, seja filho, quando não tem implicação real. Eu acho que nós temos que decidir isso aqui na Comissão, e quero decidir no voto, porque eu já consultei vários Deputados de diferentes partidos e senti que a grande maioria é contra esse tipo de coisa. Se as pessoas não têm um envolvimento direto, vira chantagem. Isto aqui é investigação, não é instrumento de tortura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria lamentar a manobra que os partidos da base do Governo fizeram aqui.

V.Exa. tem tido coerência muito grande na condução desses trabalhos. Deixou claro que colocaria a inversão de pauta, portanto, aprovando ou não os requerimentos que ora fizemos, as devidas inscrições, e simplesmente os partidos ficaram postergando debates e debates para alcançar a Ordem do Dia.

Eu queria pedir a V.Exa., em cima dessa sua postura, que nós convocássemos uma deliberativa, de preferência para o horário da manhã, para que não coincidissem com o horário da sessão plenária, para evitar essa manobra que tivemos agora. O ideal seria colocarmos em pauta amanhã esses requerimentos. Nós aprovamos aqui não sei quantos requerimentos, 40 deles sem até definição específica. Vamos ouvir Graça Foster, que nós já ouvimos várias vezes! Eu acho que nós precisamos ir ao cerne da questão. E esses requerimentos hoje aqui que nós colocamos possivelmente para ser votada a convocação do Dirceu, do Palocci, denúncias graves acerca deles... Pedimos a quebra do sigilo de uma das empresas do Dirceu. Seria fundamental para esse objetivo principal da investigação, que, infelizmente, não foi, por essa manobra.

Eu queria pedir coerência a V.Exa. para que fizesse a convocação dessa nova deliberativa para amanhã pela manhã, e darmos prosseguimento, com a sua boa vontade, à condução desses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., já informando que nós estamos impossibilitados, por dois motivos. Primeiro porque



temos de divulgar a pauta 24 horas antes. Então, se fôssemos marcar para manhã, ela teria que ser às 18 horas — e já estamos na Ordem do Dia, correndo, como estamos no dia de hoje, ainda mais numa quarta-feira. Se fosse possível, pela manhã todos os plenários estão ocupados com Comissões Permanentes.

Infelizmente, não é porque eu não quero, é porque eu não posso atender ao apelo de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tem previsão de uma nova deliberativa, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos uma oitiva marcada para a próxima quinta-feira e para a outra terça-feira; temos a Semana Santa e temos uma oitiva para a outra terça-feira. Temos que deliberar se desta quinta a 15 dias para frente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...nós poderemos ter uma deliberativa ou, então, uma oitiva, que poderia ser do Sr. Youssef, que foi sugerido hoje pelo Plenário no acordo.

Então, eu irei ouvir os Líderes, os Sub-Relatores, para que a gente possa tomar essa decisão de maneira mais democrática possível.

Darei a palavra ao Deputado Darcício Perondi. Em seguida, encerrarei os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA . É lamentável isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Caro Presidente, nós produzimos muito, começando de manhã, na reunião com os Sub-Relatores e os Líderes. A alta produção resultou em mais de 100 requerimentos aprovados. Foi alta produção.

A outra questão que eu não gostei foi quando o Líder do PT, Deputado Afonso Florence, ficou falando, falando, falando, com um objetivo específico: nós não votarmos o requerimento para chamar a esposa do Sr. Duque.

Não é desrespeito nenhum. Aqui é uma CPI, é um tribunal: nós somos juízes, somos promotores; temos essa representação. E não dá para ser piedoso quando nós estamos estudando o maior escândalo da história política brasileira, que é na PETROBRAS, que é de todos os brasileiros.



Para encerrar, o Deputado Afonso Florence, animado, entusiasmado em defender o Governo Dilma, esqueceu, ou está com Alzheimer — eu acho que não, porque ele é brilhante, está bem sob o ponto de vista neurológico —, a pesquisa da *Folha* de domingo e a pesquisa de ontem da CNA que mostram a aceitação do Governo Dilma em níveis baixíssimos, baixíssimos. Tanto a *Folha* quanto a CNA ele esqueceu e também esqueceu que houve 2 milhões de brasileiros, medidos, fora as cidades pequenas e médias, que protestaram contra este mau Governo. E serão, dia 12 de abril, 4, 5 milhões!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, convido todos para a oitava, na próxima quinta-feira, 26 de março, às 9h30min, no Plenário 2, da Sra. Graça Foster.

Declaro encerrada a presente reunião.